



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA SUL-RIO-GRANDENSE
Campus Sapucaia do Sul

PREGÃO ELETRÔNICO

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA SUL RIO GRANDENSE

CAMPUS SAPUCAIA DO SUL

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 07/2022

Processo Administrativo n.º 23164.002385.2022-96

Torna-se público que o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense, Campus Sapucaia do Sul/RS, por meio do Departamento de Administração e de Planejamento, na Av. Copacabana, 100 Bairro Piratini, Sapucaia do Sul/RS, realizará licitação, para registro de preços, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, sob a forma de execução indireta, nos termos da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto n.º 10.024, de 20 de setembro de 2019, do Decreto 9.507, de 21 de setembro de 2018, do Decreto nº 7.746, de 05 de junho de 2012, do Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013, das Instruções Normativas SEGES/MP nº 05, de 26 de maio de 2017, nº 03, de 26 de abril de 2018 e da Instrução Normativa SLTI/MP nº 01, de 19 de janeiro de 2010, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, do Decreto nº 8.538, de 06 de outubro de 2015, aplicando-se, subsidiariamente, a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e as exigências estabelecidas neste Edital.

Data da sessão: **15/09/2022**

Horário: **9 horas**

Local: Portal de Compras do Governo Federal – <https://www.gov.br/compras/pt-br>

Critério de Julgamento: menor preço por grupo

Regime de Execução: Empreitada por Preço Unitário

1. DO OBJETO

- 1.1. O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para a contratação de SERVIÇOS DE OUTSOURCING DE IMPRESSÃO COM PAGAMENTO DE FRANQUIA MAIS EXCEDENTE (quando houver), englobando a prestação de serviços de reprografia, com locação de máquinas copiadoras, prestação de serviço de manutenção técnica, preventiva e corretiva, no local de instalação do equipamento, incluindo fornecimento de todas as peças para manutenção e o material necessário para o funcionamento (exceto papel), a ser realizado no campus Sapucaia do Sul do Instituto Federal Sul-rio-grandense, conforme especificações constantes nesse Edital e seus anexos.
- 1.2. O critério de julgamento adotado será o menor preço GLOBAL do grupo, observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA SUL-RIO-GRANDENSE
Campus Sapucaia do Sul

1.3. A licitação será realizada em 1 grupo, formado por 2 (dois) itens, conforme tabela constante no Termo de Referência, devendo o licitante oferecer proposta para todos os itens que o compõem.

1.4. A estimativa de páginas impressas/copiadas foi feita levando-se em consideração a média de consumo nos anos anteriores.

2. DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. O Instituto Federal Sul-rio-grandense, campus Sapucaia do Sul, será o órgão gerenciador e a licitação não contará com outros órgãos participantes.

2.2. A presente licitação transcorrerá por meio de Sistema de Registro de Preços-SRP visto que por sua natureza e características se enquadra em todas as hipóteses previstas pelo Decreto nº 7.892/2013, artigo 3º. No entanto, ao passo que referido decreto em seu artigo 3º, viabiliza a utilização de Registro de Preços do serviço em questão, o Inciso IV, orienta que:

“quando, pela natureza do objeto, não for possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração.”

As quantidades de equipamentos e impressões estimadas neste processo são fruto do estudo das demandas específicas do IF Sul campus Sapucaia do Sul, que tomaram como base a produção de cópias e impressões no ano de 2019, período em que todas as atividades institucionais foram presenciais, antes da necessidade de distanciamento social devido à pandemia de Covid-19. A adesão por parte de outras Instituições colocaria em risco a viabilidade de proposta, por parte de empresas participantes, uma vez que não seria possível a estimativa do quantitativo destes participantes, podendo ocasionar o fracasso da licitação e o consequente não atendimento da necessidade pública que decorre do retorno ao ensino presencial de nossa Instituição.

GERENCIADOR	UASG
Instituto Federal Sul-rio-grandense Campus Sapucaia do Sul	158339

3. DO CREDENCIAMENTO

3.1. O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no SICAF, que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória Pregão, em sua forma eletrônica.

3.2. O cadastro no SICAF deverá ser feito no Portal de Compras do Governo Federal, no sítio <https://www.gov.br/compras/pt-br/> por meio de certificado digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP - Brasil.

3.3. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA SUL-RIO-GRANDENSE
Campus Sapucaia do Sul

3.4. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.5. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.5.1 A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação

4. DA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO.

4.1. Poderão participar deste Pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que estejam com Credenciamento regular no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, conforme disposto no art. 9º da IN SEGES/MP nº 3, de 2018.

4.1.1 Os licitantes deverão utilizar o certificado digital para acesso ao Sistema

4.1.2 A participação é exclusiva a microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

4.2. Não poderão participar desta licitação os interessados:

4.2.1 proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;

4.2.2 que não atendam às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

4.2.3 estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

4.2.4 que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 9º da Lei nº 8.666, de 1993;

4.2.5 que estejam sob falência, concurso de credores ou insolvência, em processo de dissolução ou liquidação;

4.2.6 entidades empresariais que estejam reunidas em consórcio;

4.2.7 Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário);

4.2.8 sociedades cooperativas, considerando a vedação contida no art. 10 da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 2017.

4.3. Nos termos do art. 5º do Decreto nº 9.507, de 2018, é vedada a contratação de pessoa jurídica na qual haja administrador ou sócio com poder de direção, familiar de:



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA SUL-RIO-GRANDENSE
Campus Sapucaia do Sul

- a) detentor de cargo em comissão ou função de confiança que atue na área responsável pela demanda ou contratação; ou
 - b) de autoridade hierarquicamente superior no âmbito do órgão contratante.
- 4.3.1 Para os fins do disposto neste item, considera-se familiar o cônjuge, o companheiro ou o parente em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, até o terceiro grau (Súmula Vinculante/STF nº 13, art. 5º, inciso V, da Lei nº 12.813, de 16 de maio de 2013 e art. 2º, inciso III, do Decreto n.º 7.203, de 04 de junho de 2010);
- 4.4. Nos termos do art. 7º do Decreto nº 7.203, de 2010, é vedada, ainda, a utilização, na execução dos serviços contratados, de empregado da futura Contratada que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança neste órgão contratante.
- 4.5. Como condição para participação no Pregão, o licitante assinalará “sim” ou “não” em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:
- 4.5.1 que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49.
 - 4.5.1.1 nos itens exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame;
 - 4.5.2 nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.
 - 4.5.3 que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos;
 - 4.5.4 que cumpre os requisitos para a habilitação definidos no Edital e que a proposta apresentada está em conformidade com as exigências editalícias;
 - 4.5.5 que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
 - 4.5.6 que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;
 - 4.5.7 que a proposta foi elaborada de forma independente;
 - 4.5.8 que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
 - 4.5.9 que os serviços são prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.
- 4.6. A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste Edital.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA SUL-RIO-GRANDENSE
Campus Sapucaia do Sul

5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

- 5.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no edital, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.
- 5.2. O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.
- 5.3. Os licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem do SICAF, assegurado aos demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes dos sistemas.
- 5.4. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.
- 5.5. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.
- 5.6. Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema;
- 5.7. Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.
- 5.8. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

- 6.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:
- 6.1.1 Valor unitário do item (valor da cópia).
- 6.1.2 Descrição do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência.
- 6.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.
- 6.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na prestação dos serviços, apurados mediante o preenchimento do modelo de Planilha de Custos e Formação de Preços, conforme anexo deste Edital;
- 6.3.1 A Contratada deverá arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA SUL-RIO-GRANDENSE
Campus Sapucaia do Sul

custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como os valores providos com o quantitativo de vale transporte, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do §1º do artigo 57 da Lei nº 8.666, de 1993.

6.3.2 Caso o eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos se revele superior às necessidades da contratante, a Administração deverá efetuar o pagamento seguindo estritamente as regras contratuais de faturamento dos serviços demandados e executados, concomitantemente com a realização, se necessário e cabível, de adequação contratual do quantitativo necessário, com base na alínea "b" do inciso I do art. 65 da Lei n. 8.666/93 e nos termos do art. 63, §2º da IN SEGES/MP n.5/2017.

6.4. A empresa é a única responsável pela cotação correta dos encargos tributários. Em caso de erro ou cotação incompatível com o regime tributário a que se submete, serão adotadas as orientações a seguir:

6.4.1 cotação de percentual menor que o adequado: o percentual será mantido durante toda a execução contratual;

6.4.2 cotação de percentual maior que o adequado: o excesso será suprimido, unilateralmente, da planilha e haverá glosa, quando do pagamento, e/ou redução, quando da repactuação, para fins de total ressarcimento do débito.

6.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses, devendo o licitante ou contratada apresentar ao pregoeiro ou à fiscalização, a qualquer tempo, comprovação da adequação dos recolhimentos, para os fins do previsto no subitem anterior.

6.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento dos serviços, serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

6.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar os serviços nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

6.8. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.9. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

6.10. nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

6.10.1 O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA SUL-RIO-GRANDENSE
Campus Sapucaia do Sul

Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

- 7.1 A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.
- 7.2 O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis, ilegalidades, ou não apresentem as especificações exigidas no Termo de Referência.
 - 7.2.1 Também será desclassificada a proposta que identifique o licitante.
 - 7.2.2 A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.
 - 7.2.3 A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.
- 7.3 O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.
- 7.4 O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.
- 7.5 Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
 - 7.5.1 O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item (valor da cópia).
- 7.6 Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 7.7 O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 7.8 Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto e fechado”, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.
- 7.9 A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de tempo de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.
- 7.10 Encerrado o prazo previsto no item anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até dez por cento superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA SUL-RIO-GRANDENSE
Campus Sapucaia do Sul

- 7.10.1 Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 7.11 Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 7.11.1 Não havendo lance final e fechado classificado na forma estabelecida nos itens anteriores, haverá o reinício da etapa fechada, para que os demais licitantes, até o máximo de três, na ordem de classificação, possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 7.12 Poderá o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da etapa fechada, caso nenhum licitante classificado na etapa de lance fechado atender às exigências de habilitação.
- 7.9 Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 7.10 Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 7.11 No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 7.12 Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 7.13 O critério de julgamento adotado será o menor preço por grupo, conforme definido neste Edital e seus anexos.
- 7.14 Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 7.15 Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.
- 7.16 Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.
- 7.17 A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.
- 7.18 Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5%



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA SUL-RIO-GRANDENSE
Campus Sapucaia do Sul

(cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

- 7.19 No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.
- 7.20 Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.
- 7.20.1 Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 3º, § 2º, da Lei nº 8.666, de 1993, assegurando-se a preferência, sucessivamente, ao objeto executado:
- 7.20.1.1 por empresas brasileiras;
- 7.20.1.2 por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
- 7.20.1.3 por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação.
- 7.21 Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas ou os lances empatados.
- 7.22 Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.
- 7.22.1 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
- 7.22.2 O pregoeiro solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.
- 7.22.3 É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.
- 7.23 Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

8. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA.

- 8.1 Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no parágrafo único do art. 7º e no § 9º do art. 26 do Decreto n.º 10.024/2019.
- 8.2 A análise da exequibilidade da proposta de preços deverá ser realizada com o auxílio da Planilha de Custos e Formação de Preços, a ser preenchida pelo licitante em relação à sua proposta final, conforme anexo deste Edital.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA SUL-RIO-GRANDENSE
Campus Sapucaia do Sul

- 8.3 A inexecutabilidade dos valores referentes a itens isolados da Planilha de Custos e Formação de Preços não caracteriza motivo suficiente para a desclassificação da proposta, desde que não contrariem exigências legais.
- 8.4 Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor, nos termos do item 9.1 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5/2017, que:
- 8.4.1 não estiver em conformidade com os requisitos estabelecidos neste edital;
 - 8.4.2 contenha vício insanável ou ilegalidade;
 - 8.4.3 não apresente as especificações técnicas exigidas pelo Termo de Referência;
 - 8.4.4 apresentar preço final superior ao preço máximo fixado (Acórdão n. 1455/2018- TCU- Plenário), percentual de desconto inferior ao mínimo exigido ou que apresentar preço manifestamente inexequível;
 - 8.4.4.1 Quando o licitante não conseguir comprovar que possui ou possuirá recursos suficientes para executar a contento o objeto, será considerada inexequível a proposta de preços ou menor lance que:
 - 8.4.4.1.1 for insuficiente para a cobertura dos custos da contratação, apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.
 - 8.4.4.1.2 apresentar um ou mais valores da planilha de custo que sejam inferiores àqueles fixados em instrumentos de caráter normativo obrigatório, tais como leis, medidas provisórias e convenções coletivas de trabalho vigentes.
- 8.5 Se houver indícios de inexecutabilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, na forma do § 3º do artigo 43 da Lei nº 8.666, de 1993 e a exemplo das enumeradas no item 9.4 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP N. 5, de 2017, para que a empresa comprove a executabilidade da proposta.
- 8.6 Quando o licitante apresentar preço final inferior a 30% (trinta por cento) da média dos preços ofertados para o mesmo item, e a inexecutabilidade da proposta não for flagrante e evidente pela análise da planilha de custos, não sendo possível a sua imediata desclassificação, será obrigatória a realização de diligências para aferir a legalidade e executabilidade da proposta.
- 8.7 Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a executabilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita.
- 8.7.1 Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata
- 8.8 O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de 2 (duas) horas, sob pena de não aceitação da proposta.
- 8.8.1 É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA SUL-RIO-GRANDENSE
Campus Sapucaia do Sul

- 8.8.2 Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se as planilhas de custo readequadas com o valor final ofertado.
- 8.9 Todos os dados informados pelo licitante em sua planilha deverão refletir com fidelidade os custos especificados e a margem de lucro pretendida.
- 8.10 O Pregoeiro analisará a compatibilidade dos preços unitários apresentados na Planilha de Custos e Formação de Preços com aqueles praticados no mercado em relação aos insumos e também quanto aos salários das categorias envolvidas na contratação;
- 8.11 Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo licitante, no prazo indicado pelo Pregoeiro, desde que não haja majoração do preço.
- 8.11.1 O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;
- 8.11.2 Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.
- 8.12 Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.
- 8.13 Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.
- 8.13.1 Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para sua continuidade.
- 8.14 Nos itens não exclusivos para a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o Pregoeiro passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.
- 8.15 Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o pregoeiro verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

9. DA HABILITAÇÃO

- 9.1 Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:
- a) SICAF;
 - b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);
 - c) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php).
 - d) Lista de Inidôneos mantida pelo Tribunal de Contas da União - TCU (<https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=INABILITADO:CERTIDAO:0:>);



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA SUL-RIO-GRANDENSE
Campus Sapucaia do Sul

- 9.1.1 Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas das alíneas “b”, “c” e “d” acima pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (<https://certidoesapf.apps.tcu.gov.br/>)
- 9.1.2 A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.
- 9.1.3 Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.
 - 9.1.3.1 A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.
 - 9.1.3.2 O licitante será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação
- 9.1.4 Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.
- 9.1.5 No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.
- 9.2 Caso atendidas as condições de participação, a habilitação dos licitantes será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos, em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal, à qualificação econômico-financeira e habilitação técnica, conforme o disposto na Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 2018.
 - 9.2.1 O interessado, para efeitos de habilitação prevista na Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 2018 mediante utilização do sistema, deverá atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas;
 - 9.2.2 É dever do licitante atualizar previamente as comprovações constantes do SICAF para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, em conjunto com a apresentação da proposta, a respectiva documentação atualizada.
 - 9.2.3 O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do licitante, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões feita pelo Pregoeiro lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s), conforme art. 43, §3º, do Decreto 10.024, de 2019.
- 9.3 Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo de 2 (duas) horas, sob pena de inabilitação.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA SUL-RIO-GRANDENSE
Campus Sapucaia do Sul

9.4 Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

9.5 Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.6 Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.6.1 Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

9.7 Ressalvado o disposto no item 5.3, os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste Edital, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de habilitação:

9.8 Habilitação jurídica:

9.8.1 No caso de empresário individual, inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.8.2 Em se tratando de Microempreendedor Individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;

9.8.3 No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

9.8.4 inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;

9.8.5 No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

9.8.6 decreto de autorização, em se tratando de sociedade empresária estrangeira em funcionamento no País;

9.8.7 Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

9.9 Regularidade fiscal e trabalhista:

9.9.1 prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.9.2 prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA SUL-RIO-GRANDENSE
Campus Sapucaia do Sul

Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

- 9.9.3 prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- 9.9.4 prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- 9.9.5 prova de inscrição no cadastro de contribuintes municipal, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- 9.9.6 prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- 9.9.7 caso o licitante seja considerado isento dos tributos municipais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda Municipal do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;

9.10 Qualificação Técnica:

- 9.10.1 Envio da DECLARAÇÃO DE QUALIDADE AMBIENTAL E SUSTENTABILIDADE SÓCIOAMBIENTAL na forma do Anexo VIII deste Edital.
- 9.10.2 No mínimo um atestado técnico-operacional e de capacidade técnica, o qual apresente que os serviços prestados referem-se a sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente. Deve ser fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove a aptidão do proponente para o fornecimento de bens/serviços em características, quantidades e prazos que demonstrem aptidão na capacidade de administração da mão de obra. O atestado deverá ser impresso em folha timbrada e conter o CNPJ, nome, cargo, assinatura do responsável pela informação e carimbo da empresa. No atestado deve constar também se foram cumpridos os prazos de execução, e a qualidade do mesmo, sem fatos que desabonem sua conduta, além de estar assinado e datado.
- 9.10.3 Tendo em vista os acórdãos TCU 1443/2014 e 1214/2013, tais atestados devem evidenciar a capacidade da CONTRATADA em gerir contratos de mão de obra diversos - e não NECESSARIAMENTE a execução do serviço/objeto em si - comprovando sua capacidade de recrutar e manter pessoal capacitado, honrar os compromissos trabalhistas, previdenciários e fiscais, entre outros.
- 9.10.4 O(s) atestado(s) devem demonstrar experiência mínima de 2 (dois) anos na prestação de serviços de reprografia, ininterruptos ou não, até a data da sessão pública de abertura deste Pregão.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA SUL-RIO-GRANDENSE
Campus Sapucaia do Sul

- 9.10.5 Para a comprovação da experiência mínima de 2 (dois) anos prevista no item anterior, será aceito o somatório de atestados.
- 9.10.6 O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados apresentados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços, consoante o disposto no item 10.10 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5/2017.
- 9.10.7 As empresas, cadastradas ou não no SICAF, deverão apresentar Atestado de Vistoria ou de Renúncia, assinado pelo servidor responsável, conforme modelos anexo a este Edital.
- 9.10.8 A Declaração emitida pelo licitante de que conhece as condições locais para execução do objeto ou que realizou vistoria no local do evento, conforme item 3.3 do Anexo VII-A da IN SEGES/MPDG n. 5/2017, ou caso opte por não realizá-la, de que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza do trabalho, que assume total responsabilidade por este fato e que não utilizará deste para quaisquer questionamentos futuros que ensejem avenças técnicas ou financeiras com este (órgão ou entidade), na forma do Anexo VIII deste Edital.
- 9.10.9 Os documentos exigidos para habilitação relacionados nos subitens acima, deverão ser apresentados em meio digital pelos licitantes, por meio de funcionalidade presente no sistema (upload), no prazo de no mínimo de 2 (duas) horas, após solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico. Somente mediante autorização do Pregoeiro e em caso de indisponibilidade do sistema, será aceito o envio da documentação por meio do e-mail: ss-colic@ifsul.edu.br. Caso seja encaminhada documentação através do e-mail a mesma será disponibilizada a quaisquer interessados garantindo a transparência do processo.
- 9.10.10 Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.
- 9.10.11 Não serão aceitos documentos com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.
- 9.10.12 Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.
- 9.10.13 Comprovação de aptidão para a prestação dos serviços em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, ou com o item pertinente, mediante a apresentação de um ou mais atestado(s) fornecido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado.
- 9.10.14 Os atestados de capacidade técnica podem ser apresentados em nome da matriz ou da filial da empresa licitante.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA SUL-RIO-GRANDENSE
Campus Sapucaia do Sul

- 9.10.15 Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente;
- 9.10.16 Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, um ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior, conforme item 10.8 do Anexo VII-A da IN SEGES/MPDG n. 5, de 2017.
- 9.11 O licitante enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.
- 9.12 A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.
- 9.12.1 A declaração do vencedor acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação.
- 9.13 Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por licitante qualificada como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa equiparada, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, a mesma será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.
- 9.14 A não-regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.
- 9.15 Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para sua continuidade.
- 9.16 Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos para tanto, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.
- 9.17 Nos itens não exclusivos a microempresas e empresas de pequeno porte, em havendo inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.
- 9.18 O licitante provisoriamente vencedor em um item, que estiver concorrendo em outro item, ficará obrigado a comprovar os requisitos de habilitação cumulativamente, isto é,



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA SUL-RIO-GRANDENSE
Campus Sapucaia do Sul

somando as exigências do item em que venceu às do item em que estiver concorrendo, e assim sucessivamente, sob pena de inabilitação, além da aplicação das sanções cabíveis.

- 9.19 Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.

10. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

- 10.1. A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no prazo de 2 (duas) horas, a contar da solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico e deverá:

- 10.1.1 ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal.
- 10.1.2 conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.
- 10.1.3 poderá ser utilizado modelo de proposta comercial conforme Anexo II deste Edital.

- 10.2. A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.

- 10.3. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

- 10.4. Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos e o valor global em algarismos e por extenso (art. 5º da Lei nº 8.666/93).

- 10.4.1 Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.

- 10.5. A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.

- 10.6. A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.

- 10.7. As propostas que contenham a descrição do objeto, o valor e os documentos complementares estarão disponíveis na internet, após a homologação.

11. DOS RECURSOS

- 11.1. Declarado o vencedor e decorrida a fase de regularização fiscal e trabalhista da licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, se for o caso, será concedido o prazo de trinta minutos, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA SUL-RIO-GRANDENSE
Campus Sapucaia do Sul

11.2. Havendo quem se manifeste, caberá ao Pregoeiro verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.

11.2.1 Nesse momento o Pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.

11.2.2 A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito.

11.2.3 Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de três dias para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros três dias, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

11.3. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.4. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital.

12. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

12.1. A sessão pública poderá ser reaberta:

12.1.1 Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

12.1.2 Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

12.2. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

12.2.1 A convocação se dará por meio do sistema eletrônico ("chat") ou e-mail de acordo com a fase do procedimento licitatório.

12.2.2 A convocação feita por e-mail dar-se-á de acordo com os dados contidos no SICAF, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA SUL-RIO-GRANDENSE
Campus Sapucaia do Sul

13. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

13.1. O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato do Pregoeiro, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.

13.2. Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

14. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

14.1. Não haverá exigência de garantia de execução para a presente contratação.

15. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

15.1 Homologado o resultado da licitação, terá o adjudicatário o prazo de 5 (cinco) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

15.2 A Administração encaminhará a Ata para assinatura, exclusivamente por meio eletrônico, para que seja assinada e devolvida no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da data de seu recebimento.

15.3 O prazo estabelecido no subitem anterior para assinatura da Ata de Registro de Preços poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, quando solicitado pelo(s) licitante(s) vencedor(s), durante o seu transcurso, e desde que devidamente aceito.

15.4 Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quanto necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

15.4.1 Será incluído na ata, sob a forma de anexo, o registro dos licitantes que aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais aos do licitante vencedor na sequência da classificação do certame;

16. DO TERMO DE CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE

16.1. Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.

16.2. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida à empresa adjudicada, implica no reconhecimento de que:

16.2.1 referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 8.666, de 1993;

16.2.2 a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no edital e seus anexos;



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA SUL-RIO-GRANDENSE
Campus Sapucaia do Sul**

16.2.3 a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 77 e 78 da Lei nº 8.666/93 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 79 e 80 da mesma Lei.

16.3. Previamente à contratação a Administração realizará consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018, e nos termos do art. 6º, III, da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002, consulta prévia ao CADIN.

16.3.1 Nos casos em que houver necessidade de assinatura do instrumento de contrato, e o fornecedor não estiver inscrito no SICAF, este deverá proceder ao seu cadastramento, sem ônus, antes da contratação.

16.3.2 Na hipótese de irregularidade do registro no SICAF, o contratado deverá regularizar a sua situação perante o cadastro no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, sob pena de aplicação das penalidades previstas no edital e anexos.

16.4. Na assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas no edital, que deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato ou da ata de registro de preços.

16.5. Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar as condições de habilitação consignadas no edital ou se recusar a assinar o contrato ou a ata de registro de preços, a Administração, sem prejuízo da aplicação das sanções das demais cominações legais cabíveis a esse licitante, poderá convocar outro licitante, respeitada a ordem de classificação, para, após a comprovação dos requisitos para habilitação, analisada a proposta e eventuais documentos complementares e, feita a negociação, assinar o contrato ou a ata de registro de preços.

17. DO REAJUSTAMENTO EM SENTIDO GERAL

17.1. As regras acerca do reajustamento em sentido geral do valor contratual são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Edital.

18. DO RECEBIMENTO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO

18.1. Os critérios de recebimento e aceitação do objeto e de fiscalização estão previstos no Termo de Referência.

19. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

19.1. As obrigações da Contratante e da Contratada são as estabelecidas no Termo de Referência.

20. DO PAGAMENTO

20.1. As regras acerca do pagamento são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Edital.

20.1.1 É admitida a cessão de crédito decorrente da contratação de que trata este Instrumento Convocatório, nos termos do previsto na minuta contratual anexa a este Edital.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA SUL-RIO-GRANDENSE
Campus Sapucaia do Sul

21. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.

21.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, o licitante/adjudicatário que:

- 21.1.1 não assinar o termo de contrato ou aceitar/retirar o instrumento equivalente, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;
- 21.1.2 não assinar a ata de registro de preços, quando cabível;
- 21.1.3 apresentar documentação falsa;
- 21.1.4 deixar de entregar os documentos exigidos no certame;
- 21.1.5 ensejar o retardamento da execução do objeto;
- 21.1.6 não mantiver a proposta;
- 21.1.7 cometer fraude fiscal;
- 21.1.8 comportar-se de modo inidôneo;

21.2. As sanções do item acima também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva, em pregão para registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente.

21.3. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.

21.4. O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

- 21.4.1 Advertência por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação;
- 21.4.2 Multa de 5 % (cinco por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do licitante;
- 21.4.3 Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;
- 21.4.4 Impedimento de licitar e de contratar com a União e descredenciamento no SICAF, pelo prazo de até cinco anos;
- 21.4.5 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

21.5. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

21.6. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA SUL-RIO-GRANDENSE
Campus Sapucaia do Sul**

administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.

21.7. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

21.8. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

21.9. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

21.10. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.

21.11. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

21.12. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

21.13. As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas no Termo de Referência.

22. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

22.1. Após o encerramento da etapa competitiva, os licitantes poderão reduzir seus preços ao valor da proposta do licitante mais bem classificado.

22.2. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante melhor classificado.

22.3. Havendo um ou mais licitantes que aceitem cotar suas propostas em valor igual ao do licitante vencedor, estes serão classificados segundo a ordem da última proposta individual apresentada durante a fase competitiva.

22.4. Esta ordem de classificação dos licitantes registrados deverá ser respeitada nas contratações e somente será utilizada acaso o melhor colocado no certame não assine a ata ou tenha seu registro cancelado nas hipóteses previstas nos artigos 20 e 21 do Decreto nº 7.892/2013.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA SUL-RIO-GRANDENSE
Campus Sapucaia do Sul

23. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

- 23.1. Até 03 (três) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital.
- 23.2. A impugnação poderá ser realizada exclusivamente por forma eletrônica, pelo e-mail ss-colic@ifsul.edu.br.
- 23.3. Caberá ao Pregoeiro, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração deste Edital e seus anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de até dois dias úteis contados da data de recebimento da impugnação
- 23.4. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.
- 23.5. Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro, até 03 (três) dias úteis anteriores à data designada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico via internet, no endereço indicado no Edital.
- 23.6. O Pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de dois dias úteis, contado da data de recebimento do pedido, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do Edital e dos anexos.
- 23.7. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.
- 23.7.1 A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.
- 23.8. As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a Administração.

24. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 24.1. Da sessão pública do Pregão divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico.
- 24.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.
- 24.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.
- 24.4. No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.
- 24.5. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.
- 24.6. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA SUL-RIO-GRANDENSE
Campus Sapucaia do Sul**

24.7. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

24.8. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

24.9. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

24.10. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

24.11. O Edital está disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico <https://www.gov.br/compras/pt-br/> e <http://www.sapucaia.ifsul.edu.br/licitacoes>.

24.12. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

Anexo I – Termo de Referência.

Anexo II – Planilha da Proposta Comercial.

Anexo III – ANS Manutenção Corretiva

Anexo IV – ANS Manutenção Preventiva

Anexo V - Minuta de Contrato

Anexo VI - Declaração de qualidade ambiental e sustentabilidade socioambiental.

Anexo VII – Minuta da Ata de Registro de Preços

Anexo VIII – Renúncia de vistoria

Sapucaia do Sul, 31 de agosto de 2022.

Assinatura da autoridade competente



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA SUL-RIO-GRANDENSE

Campus Sapucaia do Sul

ANEXO I

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 07/2022

Processo Administrativo nº 23164.002385.2022-96

TERMO DE REFERÊNCIA

1. INTRODUÇÃO

- 1.1. O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense – Campus Sapucaia do Sul, abre edital para a escolha da proposta mais vantajosa para a contratação de **SERVIÇOS DE OUTSOURCING DE IMPRESSÃO COM PAGAMENTO DE FRANQUIA MAIS EXCEDENTE**, englobando a prestação de serviços de reprografia, com locação de máquinas copiadoras, prestação de serviço de manutenção técnica, preventiva e corretiva, no local de instalação do equipamento, incluindo fornecimento de todas as peças para manutenção e o material necessário para o funcionamento, conforme especificações constantes no Termo de Referência, a ser realizado no Campus Sapucaia do Sul, pelo período de 48 (quarenta e oito) meses, prorrogáveis por até mais 12 meses.

2. JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

- 2.1 O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense, Campus Sapucaia do Sul, necessita contratar equipamentos para complementar seu rol de impressões, que será composto por máquinas próprias e máquinas em regime de comodato, visando atender às demandas geradas pela grande utilização dos mesmos, tanto pelo Departamento de Administração e de Planejamento, que os utilizam para gerar digitalizações, cópias de documentos que são utilizados para formalização de processos, quanto pelos departamentos de Estrutura e Logística, Ensino, Pesquisa e Extensão, que dependem destes equipamentos para, dentre outras coisas, a impressão das provas das disciplinas ofertadas no Campus.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA SUL-RIO-GRANDENSE

Campus Sapucaia do Sul

O agrupamento dos itens é necessário uma vez que são dois itens do mesmo serviço, que deverá ser prestado pela mesma empresa, porém com preços diferenciados: impressões dentro da franquia e impressões excedentes.

3. OBJETO

- 3.1 A presente licitação tem por objeto a contratação de pessoa jurídica especializada em serviços de outsourcing de impressão com pagamento de franquia mais excedente (quando houver), com prestação de serviço de manutenção técnica, preventiva e corretiva, no local de instalação do equipamento, incluindo fornecimento de todas as peças para manutenção e o material necessário para o funcionamento pelo período de 48 (quarenta e oito) meses, prorrogáveis por até 60 (sessenta) meses, conforme especificações e relação de equipamentos constante neste Termo de Referência.
- 3.2 O Manual de Boas Práticas, orientações e vedações para contratações de serviços de outsourcing de impressão veda os modelos de contratação de serviço de outsourcing sem franquia bem como a aquisição de equipamentos, indicando a modalidade “franquia e excedente” como modelo base a ser seguido.
- 3.3 O Serviço será contratado na forma de franquia mínima de cópias levando em consideração o referido manual o qual esclarece que as contratações em um modelo de outsourcing devem visar, principalmente, o menor custo possível para a entidade pública, mas sem detrimento da qualidade dos serviços contratados e prestados.
- 3.4 A estimativa de páginas impressas/copiadas foi feita levando-se em consideração a média de consumo nos anos anteriores.
- 3.5 A Franquia estimada é 50% para policromática, conforme orientação contida no Documento de Boas Práticas do MPDG, levando em



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA SUL-RIO-GRANDENSE

Campus Sapucaia do Sul

consideração campanhas de conscientização internas já existentes e futuras no órgão, para redução de impressões.

3.6 Quantidades estimadas totais:

GRUPO 1: Campus Sapucaia do Sul - Avenida Copacabana, 100. Bairro Piratini, Sapucaia do Sul/RS. CEP 93216-120

Franquia estimada em **50%** para policromática, conforme orientação contida no Documento de Boas Práticas do MPDG, levando em consideração campanhas de conscientização interna existentes e futuras no órgão para redução de impressões.

Item	Descrição	Quantidade de Equipamentos	Número de Cópias/mês	Quantidade GLOBAL cópias (48 meses)
1	Máquina tipo 1 POLIcromática. DENTRO DA FRANQUIA	2	200	9.600
2	Máquina tipo 1 POLIcromática. EXCEDENTE		200	9.600
Total:				19.200

Obs.: A quantidade de cópias informada é para o total de máquinas, não sendo necessário multiplicar pela quantidade de equipamentos.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA SUL-RIO-GRANDENSE

Campus Sapucaia do Sul

TABELA I – Quantitativo de equipamentos e previsão do número de cópias mensais e anuais e valores:

Grupo 1							
Item	Descrição	Quantidade de Equipamentos	Número de Cópias/mês	Quantidade e GLOBAL cópias (48 meses)	Valor estimado unitário (cópia)	Valor estimado mensal	Valor estimado global (48 meses)
1	Máquina tipo 1 POLIcromática. DENTRO DA FRANQUIA	2	200	9.600	R\$3,65	R\$730,00	R\$35.040,00
2	Máquina tipo 1 POLIcromática. EXCEDENTE		200	9.600	R\$1,23	R\$246,00	R\$11.808,00
		Totais:	400	19.200		R\$976,00	R\$46.848,00



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA SUL-RIO-GRANDENSE

Campus Sapucaia do Sul

TABELA II – Descrição dos equipamentos para instalação:

Tipo	DESCRIÇÃO
1	<p><u>Máquina tipo 1:</u> Fornecimento e instalação de impressora corporativa multifuncional colorida, copiadora e scanner para folha A4, com as seguintes características:</p> <ul style="list-style-type: none">• Equipamento novo, de primeiro uso, em linha de fabricação;• Plugue de tomada elétrica de acordo com a NBR 14136;• Tensão Bivolt ou com fornecimento de transformador para atender tensão local de 220V;• Pannel de toque de tamanho mínimo de 4”;• Aceitar gramaturas de papéis entre 64 e 190 g/m²;• Memória mínima de 1GB de RAM (podendo ser obtida através de inserção de pente de memória);• Possuir CPU com clock mínimo de 760 MHz;• Drivers compatíveis com Windows 7, Windows 8, Windows 10 e Linux;• Interface padrão de rede Ethernet 10/100 Base TX e USB 2.0 High Speed;• Possuir Alimentador Recirculador Automático de Originais (ARDF) com capacidade mínima de 50 folhas;• Resolução mínima de cópia de 600 x 600 dpi no vidro de exposição e no mínimo de 600 x 300 no ARDF;• Possuir capacidade de cópia e escaneamento frente e verso no ARDF;• Possuir resolução de impressão de no mínimo 1200 x 600 dpi;• Suportar papéis de tamanho Carta e A4;• Possuir unidade duplex automático padrão;• Possuir velocidade de cópia e impressão mínima de 25 páginas por minuto;• Possuir tempo de 1ª. Cópia máximo de 10 segundos em preto e 12 segundos em cores;• Cópia no modo autônomo - Sem necessidade de PC;• Redução / Ampliação - 25% a 400% em incrementos de 1%;• Tamanho do vidro de exposição- A4;



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA SUL-RIO-GRANDENSE

Campus Sapucaia do Sul

	<ul style="list-style-type: none">• Capacidade de escaneamento- Escaneamento colorido ou em preto e branco;• Possuir uma bandeja de alimentação interna com capacidade mínima de 250 folhas;• Possuir uma bandeja de alimentação manual com capacidade mínima de 50 folhas;• Possuir bandeja de saída com capacidade mínima de 100 folhas;• Suportar no mínimo as seguintes linguagens de descrição de página: PCL5e, PCL 6 e PostScript 3;• Permitir impressão e digitalização de documentos via Rede local, sem a necessidade de estar conectado a um computador via USB;• Recurso “Escanear para” – Imagem (JPEG), Arquivo (PDF) e USB;• Possuir sistema/suporte de códigos/senhas para usuários de forma a limitar e restringir somente as cópias produzidas por conta sem necessidade de estar conectado ao computador para no mínimo 250 usuários;
--	---

3.7 Os equipamentos constantes na Tabela II deverão ser fornecidos com todos os cabos de energia e conexão de rede necessários ao funcionamento do equipamento, assim como os transformadores/estabilizadores que se fizerem necessários para a ligação na rede 220 V do Campus Sapucaia do Sul, também os respectivos CDs, ou mídias equivalentes, com drivers de instalação. Também deverão ser fornecidos desumidificadores para as impressoras/multifuncionais que necessitem de folhas com menor teor de umidade.

3.8 Deverá ser fornecido software de bilhetagem eletrônica com integração com Active Directory e/ou LDAP e possuir firmware no equipamento para integração com o diretório de usuários utilizado pela contratante; interface web para gerenciamento e emissão de relatórios; suportar impressoras virtuais, impressão a partir de dispositivos móveis e cobrança por equipamento e tipo de impressão (cor ou P&B); deve possuir software de controle de cotas por usuário instalável nas estações de trabalho.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA SUL-RIO-GRANDENSE

Campus Sapucaia do Sul

3.9 A divisão dos quantitativos de cópias por impressora será definida pela CONTRATADA em função das necessidades de cada setor onde os equipamentos serão instalados.

4. DO MÉTODO E EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

4.1. Considera-se **MANUTENÇÃO PREVENTIVA** as revisões periódicas TRIMESTRAIS, a serem realizadas de acordo com o recomendado pelos fabricantes dos equipamentos;

4.2 A **MANUTENÇÃO CORRETIVA** consiste nos atendimentos das chamadas sob demanda abertas pela CONTRATANTE.

4.3. Os serviços de manutenção preventiva e corretiva deverão ser prestados por pessoal técnico treinado e com certificação junto ao fabricante das máquinas locadas pelo Instituto Federal Sul-rio-grandense, Campus Sapucaia do Sul, TRIMESTRALMENTE, sem qualquer ônus adicional para a CONTRATANTE afora os correspondentes ao número de cópias global conforme licitados neste processo;

4.4 É de responsabilidade da CONTRATADA a reposição dos toners, em todas as máquinas locadas da CONTRATANTE. Reposição esta realizada a partir da abertura da chamada ou durante a Manutenção Corretiva.

4.5. Quando observado durante a Manutenção Preventiva o baixo estoque de toner, faculta-se à CONTRATADA, caso considere viável, a antecipação do fornecimento deste, a fim de evitar custos posteriores de envio apenas para tal finalidade;

4.6 Todos os consumíveis, inclusive aqueles entendidos como Kit de Manutenção, (fusores, rolos, toners, cilindros, reveladores), peças, acessórios e demais componentes a serem fornecidos deverão ser novos, recomendados pelos fabricantes dos equipamentos, não sendo admitidos em hipótese alguma, produtos remanufaturados, reenvasados e/ou reconicionados.

4.7 As peças sobressalentes a serem empregadas, deverão ser originais e os acessórios e ferramentas usadas pelos técnicos deverão ser os recomendados pelo fabricante;



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA SUL-RIO-GRANDENSE

Campus Sapucaia do Sul

4.8 O fornecimento de papel é de responsabilidade do Instituto Federal Sul-rio-grandense.

4.9 As impressoras locadas deverão possuir seguro total contra danos e terceiros sob responsabilidade da contratada;

4.10 A CONTRATADA será responsável pela destinação ambientalmente correta para todos os recipientes dos suprimentos, peças e materiais utilizados nos equipamentos, obedecendo à legislação e orientações relativas ao compromisso com o meio ambiente, conforme o item 7- SUSTENTABILIDADE, devendo fornecer documentação comprobatória do descarte corretodesses suprimentos, peças e materiais.

4.11 A contabilização de impressão e cópias oriunda dos contadores dos equipamentos deverá ser efetuada mensalmente pela CONTRATADA, sendo que as planilhas de medição deverão ser encaminhadas ao fiscal do contrato, juntamente com a fatura de prestação de serviços para a necessária verificação;

4.12 O pagamento das faturas mensais deverá ser calculado sobre o montante global de páginas impressas de todos os equipamentos;

4.13 A CONTRATADA deverá capacitar e treinar os funcionários indicados pelo CONTRATANTE no que se refere à operação dos equipamentos instalados nas dependências do campus Sapucaia do Sul e quando solicitado, providenciar novas capacitações e treinamentos referentes à operação dos equipamentos;

4.14 A CONTRATADA deverá disponibilizar um Guia Rápido para consultas, que explicita, de modo simples, o passo-a-passo para a realização de cópias, impressões e digitalizações em seus equipamentos;

4.15 A CONTRATADA deverá prover suporte técnico necessário ao atendimento das necessidades do Instituto Federal Sul-rio-grandense, contando com tele-atendimento, via número telefônico específico, e atendimento com técnico especializado no local da CONTRATANTE (on-site), quando o contato telefônico somente não suprir a demanda do atendimento;



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA SUL-RIO-GRANDENSE

Campus Sapucaia do Sul

4.16 O técnico responsável pelo atendimento on-site deverá ter vínculo empregatício formal com a CONTRATADA;

4.17 Caso a CONTRATADA não possua a peça ou insumo para corrigir o defeito do equipamento num prazo de 24 horas, deverá entregar ao CONTRATANTE, provisoriamente e sem custo, um equipamento similar ou superior, até que o equipamento defeituoso seja devolvido com o defeito sanado.

5. MANUTENÇÃO PREVENTIVA

5.1 Além das revisões periódicas de acordo com o recomendado pelos fabricantes dos equipamentos, manuais e normas técnicas específicas para cada equipamento, as seguintes tarefas de prevenção deverão ser observadas:

- a) Regulagens;
- b) Ajustes mecânicos e eletrônicos;
- c) Lubrificantes;
- d) Limpeza interna e externa;
- e) Teste geral de operação;
- f) Substituição de peças e/ou dispositivos defeituosos, gastos ou quebrados pelo uso normal do equipamento.

5.2 A Manutenção Preventiva deve ser executada até o 5º dia útil do mês em questão sob pena de ocorrência de multas conforme Acordos de Níveis de Serviços - ANS, Anexos III e IV.

6. MANUTENÇÃO CORRETIVA

6.1 A Manutenção Corretiva será realizada sempre que os equipamentos e/ou acessórios apresentarem falha ou defeito, bem como substituição ou conserto de peças e equipamentos;

6.2 Os serviços de assistência técnica garantem o reparo ou troca de peças defeituosas e eliminação de defeitos, incluindo a mão-de-obra necessária, todo o material de consumo (cilindros, lâminas de limpeza, rolos de fusão e pressão, placas eletrônicas, lâmpadas e demais peças) e insumos (cartuchos e toners), excetuando-se o papel;



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA SUL-RIO-
GRANDENSE

Campus Sapucaia do Sul

6.3 Em qualquer caso, somente poderão ser utilizados insumos, peças e materiais originais, recomendados pelos fabricantes dos equipamentos;

6.4 O atendimento pela contratada deverá ser efetuado a partir da abertura da chamada, devendo ser executado em horário comercial, de segunda a sexta-feira, das 08:00 às 18:00 horas.

6.5 O prazo para atendimento das chamadas será de 2 dias, excetuando-se o dia da chamada;

6.6 A partir do prazo mencionado no Item 6.5, incorrerá **glosa** correspondente ao **valor multa/dia/imprensa** para cada dia útil de atraso acrescido de sanções, no que couber, conforme Tabela ANS-Anexo III.

7. DA SUSTENTABILIDADE

7.1 A CONTRATADA deverá, durante a execução do objeto deste Edital, atender os critérios mínimos de sustentabilidade que seguem, sem que haja exaustão de outros que advirem:

- a) Fornecimento aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários para execução de serviços;
- b) Realização da separação e destinação adequadas dos resíduos descartados, recicláveis ou não, oriundos da execução dos serviços;

7.2 Por ocasião da avaliação do(s) serviço(s) e material (ais), o IFSUL reserva-se do direito de proceder a inspeção de qualidade do(s) mesmo(s) e a rejeitá-lo(s), no todo ou em parte, se estiver (em) em desacordo com as especificações técnicas do objeto licitado, obrigando-se a licitante contratada a promover a devida adequação, observados os prazos contratuais.

7.3 Justifica-se a solicitação de atendimento a critérios de sustentabilidade, em razão do compromisso que a Instituição tem para com o meio ambiente, comprometendo-se com a formação de cidadãos conscientes e comprometidos com o desenvolvimento sustentável da região e do País”,



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA SUL-RIO-GRANDENSE

Campus Sapucaia do Sul

conforme disposto no Decreto Presidencial nº 7.746 de 05 de junho de 2012, que regulamenta o Art. 3º da Lei 8.666/93

“Art.1º A Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional e as empresas estatais dependentes poderão adquirir bens e contratar serviços e obras considerando critérios e práticas de sustentabilidade objetivamente definidos no instrumento convocatório, conforme o disposto neste Decreto:

Parágrafo Único. A adoção de critérios e práticas de sustentabilidade deverá ser justificada nos autos e preservar o caráter competitivo do certame.

Art. 3º Os critérios e práticas de sustentabilidade de que trata o art. 2º serão veiculados como especificação técnica do objeto ou como obrigação da contratada.

Art. 4º São diretrizes de sustentabilidade, entre outras:

I – menor impacto sobre recursos naturais como flora, fauna, ar, solo e água; II – preferência para materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local; III – maior eficiência na utilização de recursos naturais como água e energia; IV – maior geração de empregos, preferencialmente com mão de obra local; V – maior vida útil e menor custo de manutenção do bem e da obra;

VI – uso de inovações que reduzam a pressão sobre recursos naturais; e

VII – origem ambientalmente regular dos recursos naturais utilizados nos bens, serviços e obras.

Art. 5º A administração pública federal direta, autárquica e fundacional e as empresas estatais dependentes poderão exigir no instrumento convocatório para a aquisição de bens que estes sejam constituídos por material reciclado, atóxico ou biodegradável, entre outros critérios de sustentabilidade.

(...)

Art. 8º A comprovação das exigências contidas no instrumento convocatório poderá ser feita mediante certificação emitida por



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA SUL-RIO-GRANDENSE

Campus Sapucaia do Sul

instituição pública oficial ou instituição credenciada, ou por qualquer outro meio definido no instrumento convocatório.

§ 1º Em caso de inexistência da certificação referida no caput, o instrumento convocatório estabelecerá que, após a seleção da proposta e antes da adjudicação do objeto, o contratante poderá realizar diligências para verificar a adequação do bem ou serviço às exigências do instrumento convocatório.

(...)

Art. 16º A administração pública federal direta, autárquica e fundacional e as empresas estatais dependentes deverão elaborar e implementar Planos de Gestão de Logística Sustentável, no prazo estipulado pela Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação, prevendo, no mínimo:

I – atualização do inventário de bens e materiais do órgão e identificação de similares de menor impacto ambiental para substituição;

II – práticas de sustentabilidade e de racionalização do uso de materiais e serviços; III – responsabilidades, metodologia de implementação e avaliação do plano; e

IV – ações de divulgação, conscientização e capacitação”.

8. DA ABERTURA E CONTROLE DOS CHAMADOS

8.1 A abertura de chamados será realizada pelo fiscal do contrato, acionando-se a CONTRATADA através de sistema e-mail a qual deverá confirmar o recebimento da solicitação.

8.2 Caberá à CONTRATADA, dentro dos prazos estabelecidos a contar da ciência do e-mail, dirigir-se ao local indicado a fim de efetuar os suportes e manutenções necessários.

8.3 Após a solução do problema, o fiscal do contrato deverá ser informado por documento timbrado e assinado por técnico responsável, que contenha a data, hora e solução da ocorrência, a fim de efetuar o fechamento do chamado; caso contrário, serão adotadas as medidas previstas no contrato.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA SUL-RIO-GRANDENSE

Campus Sapucaia do Sul

9. DA ESTIMATIVA DE VALORES

9.1 O preço estimado da contratação, com base na pesquisa de preços é de R\$ 46.848,00 (quarenta e seis mil, oitocentos e quarenta e oito reais), para o grupo 1 pelo prazo de contratação (48 meses).

9.2 Correrão por conta da CONTRATADA as despesas de transporte, alimentação, hospedagem, diárias etc. dos técnicos indicados pela CONTRATADA para realizarem os serviços de manutenção objeto deste termo de referência, que não puderem ser efetuados on-site.

9.3 O valor estimado é apenas uma projeção de gastos futuros podendo não ser utilizado na sua totalidade.

10. DOS PAGAMENTOS

10.1 Os pagamentos, serão feitos mensalmente pelo Campus contratante durante a vigência deste contrato de prestação dos serviços, conforme a apresentação das respectivas notas fiscais/faturas, acompanhadas de listagem detalhada dos serviços efetivamente realizados, bem como das peças e insumos utilizados;

10.2 A CONTRATADA disponibilizará ao Instituto Federal Sul-rio-grandense Campus Sapucaia do Sul acesso aos relatórios que contenham, no mínimo, as seguintes informações: extrato analítico/sintético contendo a quantidade total de impressões realizadas, discriminando também este quantitativo por equipamento;

10.3 A CONTRATADA emitirá Nota Fiscal/Fatura referente à prestação de serviços, a qual apresentará o valor consolidado das impressões e cópias efetivamente realizadas pela CONTRATANTE, no período;

10.4 A CONTRATADA emitirá, em sua Nota Fiscal/Fatura, as informações referentes às impressões e cópias que excedam o número estimado de cópias mensais;



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA SUL-RIO-GRANDENSE

Campus Sapucaia do Sul

- 10.5 O pagamento das faturas mensais deverá ser calculado sobre o montante global de páginas impressas de todos os equipamentos;
- 10.6 Os pagamentos a serem feitos pelo Instituto Federal Sul-rio-grandense campus Sapucaia do Sul, durante a vigência do Contrato, corresponderão ao valor dos serviços efetivamente prestados e devidamente discriminados nas respectivas Notas Fiscais/Faturas apresentadas pela CONTRATADA;
- 10.7 Os pagamentos à CONTRATADA serão efetuados depois de aceitos os serviços, mediante a apresentação das respectivas Notas Fiscais/Faturas;
- 10.8 Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.
- 10.9 Após o interregno de um ano, a pedido da CONTRATADA, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pela CONTRATANTE, do índice IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade, com base na seguinte fórmula (art. 5º do Decreto n.º 1.054, de 1994):
- $R = V (I - I^0) / I^0$, onde:
- R = Valor do reajuste procurado;
- V = Valor contratual a ser reajustado;
- Iº = índice inicial - refere-se ao índice de custos ou de preços correspondente à data fixada para entrega da proposta na licitação;
- I = Índice relativo ao mês do reajustamento;
- 10.10 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
- 10.11 No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA SUL-RIO-GRANDENSE

Campus Sapucaia do Sul

variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. A contratada obriga-se a manter as condições de habilitação apresentadas na licitação, durante a vigência do contrato;

- 10.12 Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.
- 10.13 Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.
- 10.14 Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
- 10.15 O reajuste será realizado por apostilamento.
- 10.16 No momento do pagamento serão consultados o SICAF e outros meios, para comprovação da manutenção das condições de habilitação da contratada;
- 10.17 Após o devido processamento, havendo a CONTRATADA apresentado os documentos exigidos, os pagamentos serão creditados em seu nome, na conta bancária indicada;
- 10.18 O Instituto Federal Sul-rio-grandense campus Sapucaia do Sul poderá sustar o pagamento de qualquer Nota Fiscal/Fatura, no todo ou em parte, nos seguintes casos:
 - a) serviços executados fora dos padrões éticos e de qualidade atribuíveis à espécie, conforme as especificações técnicas exigidas;
 - b) existência de qualquer débito para com este órgão.
- 10.19 Do valor das Notas Fiscais/Faturas apresentadas para pagamento serão deduzidos e /ou compensados, de pleno direito, pelo Instituto Federal Sul-rio-grandense campus Sapucaia do Sul:
 - a) impostos, contribuições, tributos em geral e demais valores referentes à retenção obrigatória;
 - b) valores referentes a multas e quaisquer outras



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA SUL-RIO-GRANDENSE

Campus Sapucaia do Sul

penalidades pecuniárias cuja aplicação tenha transitado em julgado na esfera administrativa, desde que não haja suspensão determinada em juízo;

c) valores referentes a indenizações ou despesas de qualquer natureza impostas ao Instituto Federal Sul-rio-grandense campus Sapucaia do Sul por autoridade competente, em decorrência de descumprimento, pela CONTRATADA, de leis, regulamentos aplicáveis, sentenças judiciais, decisões administrativas etc;

d) pagamentos anteriores indevidamente feitos pelo Instituto Federal Sul-rio-grandense campus Sapucaia do Sul à CONTRATADA.

10.20 O período de faturamento deverá refletir a prestação do serviço em mês “fechado”, compreendendo do primeiro ao último dia do mês em referência. Para o primeiro e último mês contratual de prestação do serviço, caso não se inicie no primeiro dia do mês, estes serão adequados para que a regra acima seja efetivada nos demais períodos. Nestes casos, o valor da franquia a ser considerada será proporcional aos dias do mês em que houve a prestação dos serviços.

10.21 O faturamento será elaborado mediante a composição de custo fixo (relativa à franquia mensal), adicionado de custo variável (relativo ao excedente) de cada página efetivamente impressa, deduzida qualquer glosa porventura ocorrida em razão de não cumprimento de nível de serviço ou obrigação contratual. O cômputo do valor de franquia será proporcional à quantidade de equipamentos disponibilizados no período. Caso algum equipamento não esteja em operação durante um período de faturamento qualquer, a franquia será proporcionalizada de acordo com a quantidade de equipamentos em operação, considerando, para fins de cálculo, que cada equipamento de cada tipo imprime o mesmo número de impressões/cópias.

10.22 Todo o custo será computado em razão do volume de páginas impressas e da franquia mensal. Os valores referentes ao custo dos equipamentos, da solução de bilhetagem, de gerenciamento de impressão, suporte



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA SUL-RIO-GRANDENSE

Campus Sapucaia do Sul

técnico, transporte, logística, acessórios, cabeamento, suportes e mobiliário, insumos e demais componentes da solução devem estar embutidos dentro dos valores da franquia ou página impressa, ficando vedada a especificação ou aceitação de qualquer cobrança adicional ou em separado.

- 10.23 A bilhetagem de páginas impressas será contabilizada a partir da impressão em um dos lados de uma folha, com qualidade e sem falhas de impressão.
- 10.24 Nos casos de configuração de impressão de múltiplas páginas de um documento em apenas uma folha de papel (impressões em formato de livreto ou miniaturas por exemplo), será contabilizada apenas uma impressão efetiva por cada lado de folha impressa, e não a quantidade de páginas do documento);
- 10.25 A contabilização de páginas efetivamente impressas será sempre realizada por meio do contador interno de cada equipamento, informação que obrigatoriamente deve estar disponível na solução de administração do serviço contratado;
- 10.26 As impressões, cópias e digitalizações em formato “Ofício” (216x356 mm) e/ou “Carta” (216x279 mm) serão cobradas considerando que são páginas de tamanho A4 (210x297 mm), tanto para equipamentos monocromáticos como para os policromáticos.
- 10.27 Para fins de contabilização, entende-se por “página” 1 (uma) face de 1 (uma) folha; assim, “frente e verso” corresponde efetivamente a 2 (duas) páginas produzidas. A cópia será contabilizada da mesma forma que a impressão. Não será cobrado valor extra para o serviço de digitalização.
- 10.28 Devido à quase impossibilidade de gestão de páginas mal impressas (como aquelas provenientes de vícios de término de vida útil ou defeito do toner, do kit fusor, ou dos demais consumíveis), os prejuízos induzidos à União por conta desses problemas serão tratados como processos administrativos, que poderão ensejar multas, glosas e sanções.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA SUL-RIO-
GRANDENSE

Campus Sapucaia do Sul

10.29 Faturamento proporcional ao parque de equipamentos disponibilizado:

10.29.1 Ao final de cada período mensal de faturamento, será identificado o total de máquinas disponibilizados para cada tipo e o valor da franquia será calculado como o produto do total de máquinas disponibilizadas versus a franquia da categoria.

10.30 Cálculo da franquia e excedente:

10.30.1 O cálculo da franquia e excedente será feito para cada tipo de equipamento, de acordo com a quantidade de equipamentos disponibilizados e a franquia específica de cada tipo. Os indicadores de impressão provenientes do sistema de gestão e bilhetagem servirão de base para o cálculo do faturamento mensal. Eventuais pedidos de contabilização de indicadores locais, impressos nos próprios equipamentos, poderão ser solicitados pelos fiscais do contrato para fins de auditoria. O cálculo da franquia e excedente obedecerá ao somatório dos contadores de impressão.

10.30.2 Exemplo hipotético de cálculo (considerando a porcentagem de 80% para o valor excedente):

Suponha que no mês em questão do faturamento existam 3 multifuncionais do Tipo I em operação, e um total de 3 equipamentos em contrato, com franquia total mensal de 3.000 impressões A4 (o equivalente a 1.000 impressões para casa equipamento), e ao final do mês, computaram os seguintes contadores:

Multifuncional 1 = 1400 impressões A4 Policromática;

Multifuncional 2 = 1900 impressões A4 Policromática;

Multifuncional 3 = 2000 impressões A4 Policromática;

O cálculo do valor financeiro se dará da seguinte forma:



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA SUL-RIO-
GRANDENSE

Campus Sapucaia do Sul

Valor hipotético da impressão A4 Policromática na franquia:
R\$ 0,10.

Valor hipotético da impressão A4 Policromática excedente:
R\$ 0,08.

Total de franquia da categoria: $3 \times 1.000 = 3.000$.

Total de impressões contabilizadas: 5.300.

Total de impressões excedentes = $5.300 - 3.000 = 2.300$.

Valor devido da

franquia = R\$ 0,10 x

3.000 = R\$ 300,00.

Valor devido do

excedente = R\$ 0,08 x

2.300 = R\$ 184,00.

Valor devido total =

R\$ 484,00.

- O somatório dos valores individuais de cada tipo de equipamento comporá a fatura do mês.

- Caso ocorram menos impressões do que a franquia mensal contratada, será pago o valor cheio da franquia, respeitadas as condições contratuais e o cálculo de compensação semestral, conforme detalhado adiante.

Compensação semestral:

Serão computados semestralmente os cenários 1 a 5 previstos nas seções 1.4.6.1 e 1.4.6.2 do Manual de Boas Práticas, orientações e vedações para contratações de serviços de outsourcing de impressão



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA SUL-RIO-GRANDENSE

Campus Sapucaia do Sul

(Portaria nº 20/2016 DESIN/STI/MP), elaborado pelo Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão / STI. Eventualmente, poderá ocorrer compensação dos valores pagos conforme cenários previstos naquele manual.

Cenário 1

Caso o volume produzido no semestre seja inferior à soma das franquias mensais (para cada tipo de equipamento) do mesmo período, não haverá compensação.

Cenário 2

Caso haja produção de excedente em alguns meses, mas o somatório de páginas produzidas seja inferior em relação ao somatório das franquias mensais, será descontado no último mês do respectivo semestre o valor referente à redução, através da fórmula:

Novo valor a ser pago = valor do último mês (da compensação semestral) – Valor da Redução.

Cenário 3

Este cenário é uma excepcionalidade do cenário anterior, onde o Valor da Redução seja superior ao valor do último mês do semestre contratual. O novo valor a ser pago será calculado conforme a mesma fórmula anterior. Entretanto, deverá ser emitida uma Guia de Recolhimento da União (GRU) para que o fornecedor faça a compensação do pagamento. Opcionalmente, a compensação poderá ser feita mediante desconto no próximo mês de serviço.

Cenário 4

Caso haja produção de excedente em alguns ou todos os meses, o somatório de páginas produzidas



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA SUL-RIO-GRANDENSE

Campus Sapucaia do Sul

(no tipo de equipamento) seja superior ao somatório da franquia e o Valor Excedente seja igual ao delta Excedente, então não haverá compensação, pois não há valor a ser reduzido ao final da compensação.

Cenário 5

Caso haja produção de excedente em alguns ou todos os meses, o somatório de páginas produzidas seja superior ao somatório da franquia e o Valor Excedente seja maior que o Valor delta Excedente, então ocorrerá a compensação no último mês do respectivo semestre, onde será descontado o somatório dos valores excedentes, através da fórmula:

Novo valor a ser pago = valor do último mês (da compensação semestral) – Valor da Redução.

O detalhamento do cálculo e a Planilha Modelo para Compensação de Franquia de Outsourcing de Impressão podem ser obtidos no site do governo eletrônico (<https://www.gov.br/governodigital/pt-br/contratacoes/orientacoes-para-contratacao>).

Será utilizada esta planilha como modelo para fins de cálculo de compensação semestral do contrato.

10.31 Cálculo do desconto devido à descumprimento de Nível de Serviço, Glosas e Multas:

a) O somatório do valor bruto devido às impressões de todas as categorias comporá o valor total devido mensal, que será valor de referência para cálculo dos percentuais de desconto para eventual descumprimento de Nível de Serviço (SLA).

b) O fiscal do contrato, de posse das informações acerca da gestão do contrato no mês em referência, irá identificar eventuais descumprimentos de SLA. Garantido o contraditório e eventual justificativa por parte da contratada,



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA SUL-RIO-
GRANDENSE

Campus Sapucaia do Sul

o fiscal irá calcular os valores descontados em razão de cada evento descumprido.

c) Para demais eventos que impliquem multas e glosas, o fiscal irá descrever relatório de cálculo, novamente garantido o contraditório e justificativa pela contratada. Posteriormente, o Gestor do contrato indicará à área administrativa e à contratada as multas e sanções cabíveis.

10.32 Cálculo do pagamento devido. O pagamento mensal devido para todas as categorias de impressoras e multifuncionais será calculado utilizando-se a seguinte fórmula:

$$\text{Pag Contr} = \text{SVTD} - \text{DSL A} - \text{MG}$$

Onde,

- a) PC = Pagamento mensal efetivamente devido à contratada;
- b) SVTD = Somatório do valor total devido de todas as categorias;
- c) DSLA = Valor total de desconto por descumprimento de Nível de Serviço.
- d) MG = Valor total de multas e glosas decorrentes de descumprimento contratual.

Obs.: Os valores referentes à multas e glosas poderão ser aplicados, alternativamente, por meio de GRU, a critério da Administração e com base em regulamento interno acerca da aplicação de penalidades.

10.33 Antes do pagamento, a IFSUL verificará, por meio de consulta eletrônica, a regularidade do cadastramento da contratada no SICAF e/ou nos sítios oficiais, devendo seu resultado ser impresso, autenticado e juntado ao processo de pagamento.

10.34 O pagamento será efetuado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pela contratada.

10.35 Será considerada data do pagamento o dia em que



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA SUL-RIO-GRANDENSE

Campus Sapucaia do Sul

constar como emitida a ordem bancária. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

10.36 Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que será adotada a legislação vigente aplicável à matéria.

10.37 Procedimentos para **emissão de nota fiscal e pagamento**:

10.37.1 Após a verificação da qualidade e da conformidade contratual, será comunicada autorização para emissão da Nota Fiscal. Em caso de inconformidades, haverá a recusa dos serviços e solicitação de ajustes.

10.37.2 A apresentação da Nota Fiscal/Fatura deverá ocorrer no prazo de 05 (cinco) dias úteis, após comunicada a autorização para emissão da Nota Fiscal do mês em questão.

10.37.3 O pagamento somente será autorizado depois de efetuado o “atesto” pelos fiscais da contratação, condicionado este ato à verificação da conformidade da Nota Fiscal/Fatura apresentada em relação aos serviços efetivamente prestados.

10.37.4 O pagamento será efetuado pelo IFSUL nos prazos estipulados na Lei 8.666/93 (varia de acordo com o valor das notas fiscais), contados a partir da data final do período de adimplemento de cada parcela, contendo o detalhamento dos serviços executados, dia de início e término da prestação respectiva.

10.37.5 Havendo inconsistência legal ou administrativa por parte da contratada, vícios no relatório de contabilização mensal, erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ausência de documento obrigatório, ou outra circunstância que impeça a liquidação da despesa, o



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA SUL-RIO-GRANDENSE

Campus Sapucaia do Sul

pagamento ficará sobrestado até que a contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para o IFSUL.

11 OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

A CONTRATADA compromete-se, durante a vigência do Contrato, a:

- 11.1 Atender às solicitações de serviço feitas pelo campus, em horário comercial e no prazo de até 02 (dois) dias corridos, excetuando-se o da chamada, nos locais onde estiverem instalados os equipamentos;
 - 11.1.1 Caso a CONTRATADA não possua a peça ou insumo para corrigir o defeito do equipamento no prazo de 2 (dois) dias, conforme Item anterior, deverá entregar ao CONTRATANTE, provisoriamente e sem custo, um equipamento similar ou superior, até que o equipamento defeituoso seja devolvido com o defeito sanado;
- 11.2 Fiscalizar o perfeito cumprimento do objeto deste contrato, independentemente da fiscalização exercida pelo Instituto Federal Sul-rio-grandense, cabendo-lhe, integralmente, o ônus decorrente;
- 11.3 Arcar com eventuais prejuízos causados ao Campus e/ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidades cometidas por seus empregados, filiados, prepostos ou credenciados, na execução dos serviços ora contratados;
- 11.4 Responsabilizar-se integralmente pelas despesas diretas ou indiretas, tais como salários, transportes, alimentação, diárias, encargos sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários e de ordem de classe, indenizações civis e quaisquer outras que forem devidas a seus empregados no desempenho dos serviços objeto



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA SUL-RIO-GRANDENSE

Campus Sapucaia do Sul

deste contrato, ou mesmo a terceiros, ficando o Instituto Federal Sul-rio-grandense isento de qualquer vínculo empregatício com os mesmos;

11.4.1 A responsabilidade pelas despesas referentes a deslocamento de profissionais, transporte, impostos e seguros dos equipamentos, são de responsabilidade da CONTRATADA e ocorrerá sem ônus para a CONTRATANTE;

- 11.5 Manter, durante toda a execução do contrato, todas as condições de habilitação exigidas para contratação, na forma da lei, podendo o Campus exigir, a qualquer tempo, a devida comprovação dessas;
- 11.6 Executar os serviços de manutenção corretiva, de acordo com as especificações constantes na proposta apresentada e exigidas pelo presente contrato, inclusive a reposição de peças defeituosas ou inoperantes somente por peças novas;
- 11.7 Providenciar a imediata correção das deficiências apontadas pelo Campus, quanto ao desempenho dos equipamentos;
- 11.8 Manter REDE DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA AUTORIZADA na região do Campus, com pessoal técnico capacitado e peças originais para reposição;
- 11.9 Substituir, temporariamente, por outro(s) similar(es) ou superior(es) – assim entendido(s) aquele(s) que dispuser(em) da mesma configuração, capacidade e especificação técnica, ou superior, os equipamentos e/ou acessórios no âmbito do IFSUL – Campus, quando necessitar removê-los(as) para prestação dos serviços licitados;
- 11.10 Indicar telefones para contato fora dos horários normais de atendimento, inclusive finais de semana e feriados, para casos excepcionais que porventura venham ao correr;
- 11.11 Informar ao CONTRATANTE o nome, endereço e telefone do responsável pelo gerenciamento do Contrato decorrente desta licitação, no prazo de 5 (cinco) dias



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA SUL-RIO-GRANDENSE

Campus Sapucaia do Sul

contados de sua assinatura;

- 11.12 Executar os serviços de manutenção diretamente, vedada a subcontratação ou terceirização dos mesmos.
- 11.13 Responsabilizar-se por todos os equipamentos e ferramentas necessários à execução dos serviços;
- 11.14 Reparar, corrigir, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do Contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados.
- 11.15 Atender todas as obrigações previdenciárias, fiscais, trabalhistas, tributárias e comerciais resultantes da execução do serviço.
- 11.16 Utilizar, na execução do objeto do Contrato, somente pessoal em situação trabalhista, previdenciária e securitária regulares.
- 11.17 Não realizar associação com outrem, cessão ou transferência total ou parcial, bem como fusão, cisão ou incorporação, sem a prévia e expressa anuência do CONTRATANTE.
- 11.18 Aceitar, nas mesmas condições da proposta, os acréscimos e supressões no objeto do Contrato, de acordo com o artigo 65, § 1º, da Lei n.º 8.666/93.
- 11.19 Indicar preposto, visando os contatos da CONTRATADA com o representante do Instituto Federal Sul-rio-grandense campus Sapucaia do Sul durante a execução dos serviços. Esse preposto terá como missão garantir o bom andamento dos serviços e tomar as providências pertinentes para que sejam corrigidas todas as falhas detectadas.
- 11.20 Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pelo CONTRATANTE, cujas reclamações se obriga prontamente a atender.
- 11.21 Manter, durante a vigência do Contrato e possíveis prorrogações, as mesmas condições para sua contratação, apresentando sempre que exigidos os comprovantes de regularidade fiscal.
- 11.22 Cumprir e fazer cumprir, por seus prepostos,



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA SUL-RIO-
GRANDENSE

Campus Sapucaia do Sul

credenciados ou empregados, as leis, regulamentos e posturas compatíveis, bem como quaisquer determinações emanadas das autoridades competentes, pertinentes à matéria objeto do presente contrato, cabendo-lhe única e exclusiva responsabilidade pelas consequências de qualquer transgressão sua ou de seus prepostos, credenciados ou empregados.

12. DAS PRERROGATIVAS DO CONTRATANTE

12.1 Na vigência do presente Contrato o IFSUL reserva-se as seguintes prerrogativas:

- a) modificar-lhe, unilateralmente, para melhor adequação às finalidades de interesse público, respeitados os direitos da CONTRATADA;
- b) rescindi-lo, unilateralmente, nos casos especificados no art. 79, I, da Lei n.º 8.666/93, e nele previstos;
- c) fiscalizar-lhe a execução;
- d) aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do ajuste estabelecida no presente instrumento.

13. DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

O Campus obriga-se à:

- 13.1 Solicitar, de imediato, a prestação dos serviços, nos termos propostos;
- 13.2 Comunicar à CONTRATADA as deficiências ou irregularidades encontradas na execução dos serviços do objeto do Contrato celebrado;
- 13.3 Fornecer o papel necessário para a confecção das impressões e/ou cópias;
- 13.4 Conferir, receber e atestar as Notas Fiscais/Faturas de cobrança emitidas pela CONTRATADA;
- 13.5 Efetuar o pagamento das Notas Fiscais/Faturas de cobrança emitidas pela CONTRATADA e atestadas pelo gestor do Contrato, referentes aos valores dos serviços prestados, nos prazos e



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA SUL-RIO-
GRANDENSE

Campus Sapucaia do Sul

condições estabelecidos;

- 13.6 Exercer a fiscalização dos serviços através de servidores especialmente designados para esse fim, na forma prevista na Lei n.º 8.666/93 e suas alterações, procedendo ao atesto das respectivas Notas Fiscais/Faturas, com as ressalvas e/ou glosas que se fizerem necessárias;
- 13.7 Designar servidor para acompanhar a execução e fiscalizar a prestação dos serviços objeto do Contrato;
- 13.8 Designar servidor para a função de gestor do Contrato;
- 13.9 Proporcionar todas as facilidades indispensáveis à boa execução dos serviços, para que a CONTRATADA possa cumprir suas obrigações dentro dos prazos e condições estabelecidas no Contrato permitindo, inclusive, o acesso do pessoal da CONTRATADA às dependências do CONTRATANTE e aos equipamentos, quando necessário;
- 13.10 Solicitar à CONTRATADA todas as providências necessárias ao bom andamento dos serviços;
- 13.11. Rejeitar, no todo ou em parte, os serviços executados em desacordo com as especificações constantes deste Termo de Referência e do Contrato;

14. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 14.1. Em caso de inexecução parcial ou total das condições fixadas nesta licitação, erros ou atraso na prestação dos serviços e ainda, quaisquer outras irregularidades, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à adjudicatária as seguintes sanções:
 - a. Advertência;
 - b. Multa de 1% (um por cento) sobre o valor da Nota Fiscal, por dia em que, sem justa causa, não cumprir as obrigações assumidas, ou cumpri-las em desacordo com o estabelecido neste pacto, até o



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA SUL-RIO-GRANDENSE

Campus Sapucaia do Sul

- máximo de 30 (trinta) dias;
- c. A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso, observado o máximo de 2% (dois por cento).
 - d. Impedimento de licitar e de contratar com a União pelo prazo de até 05 (cinco) anos, conforme fixação da autoridade, em função da natureza e da gravidade da falta cometida.
- 14.2. Conforme determina o art. 28 do Decreto nº. 5.450/2005, aquele que, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, não assinar o contrato ou ata de registro de preços, deixar de entregar documentação exigida no edital, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantido o direito à ampla defesa, ficará impedido de licitar e de contratar com a União, e será descredenciado no SICAF, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais.
- 14.3. Estará sujeita à multa a licitante vencedora que deixar de cumprir nos prazos e condições estipulados, a obrigação assumida, salvo motivo de força maior ou outro devidamente justificado e aceito pela Administração.
- 14.4. O valor correspondente à multa será abatido dos pagamentos que a licitante vencedora tenha a receber da Administração.
- 14.5. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

15.DA GARANTIA

- 15.1 Não será exigida apresentação de garantia.

16.DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA SUL-RIO-GRANDENSE

Campus Sapucaia do Sul

- 16.1 O Campus Sapucaia do Sul designará um representante para acompanhar e fiscalizar a execução do contrato, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com execução e determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados, podendo solicitar a troca de técnico responsável pela manutenção dos equipamentos que porventura não esteja prestando os serviços em conformidade com o estabelecido no Contrato;
- 16.2 A CONTRATADA deverá indicar um preposto para, se aceito pelo Instituto Federal Sul-rio-grandense campus Sapucaia do Sul, representá-la na execução do Contrato;
- 16.3 O Contrato assinado acompanhado da Nota de Empenho constituirá documento de autorização para a execução dos serviços;
- 16.4 O Instituto Federal Sul-rio-grandense campus Sapucaia do Sul poderá rejeitar, no todo ou em parte, os serviços prestados, se em desacordo com o Contrato;
- 16.5 Quaisquer exigências da fiscalização, inerentes ao objeto do Contrato, deverão ser prontamente atendidas pela CONTRATADA, sem ônus para o Instituto Federal Sul-rio-grandense campus Sapucaia do Sul;
- 16.6 O ateste das Notas Fiscais/Faturas, bem como o acompanhamento e fiscalização do Contrato, será executada por servidor designado pelo Instituto Federal Sul-rio-grandense campus Sapucaia do Sul para esta finalidade;
- 16.7 A gestão da qualidade do serviço será fiscalizada pelo servidor designado para esta finalidade, considerando a observação por parte da CONTRATADA das normas e legislação pertinentes à execução do Contrato e a presteza e perfeição na execução dos serviços.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA SUL-RIO-
GRANDENSE

Campus Sapucaia do Sul

17 DAS PRESCRIÇÕES

- 17.1 Deverão ser observadas as prescrições a seguir, todas condicionantes da aceitação da Proposta de Preços e do serviço licitado:
- 17.2 Não serão aceitos serviços em desacordo com as especificações constantes do presente Termo de Referência;
- 17.3 Todo o serviço deverá ser fornecido por empresa especializada e legalmente estabelecida;
- 17.4 O prazo de validade da proposta não deverá ser inferior a 60 (sessenta) dias a contar da data de abertura das Propostas de Preços;
- 17.5 O prazo para assumir os serviços objeto da presente licitação é o descrito na Ordem de Serviço, prevista no respectivo instrumento de Contrato;

18. PRAZO DE EXECUÇÃO DO CONTRATO

- 18.1 O prazo de vigência do contrato será de 48 (quarenta e oito) meses, contados da data da assinatura da Ordem de Serviço, podendo ser prorrogado, através de Termo Aditivo, por mais 12 meses, até o prazo máximo de 60 (sessenta) meses, observado o interesse público e a critério do CONTRATANTE, na forma do art. 57, Inciso IV, da Lei n.º 8.666/93 e da Portaria nº 20/2016 DESIN/STI/MP.

19. DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

- 19.1 O Contrato poderá ser alterado, nos casos previstos pelo art. 65, da Lei n.º 8.666/93, inclusive nas hipóteses previstas no Contrato, sempre através de Termo Aditivo, numerado em ordem crescente e devidamente publicado no Diário Oficial da União.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA SUL-RIO-
GRANDENSE

Campus Sapucaia do Sul

A CONTRATADA obriga-se a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões do objeto do Contrato, **até o limite de 25% (vinte e cinco por cento)** do valor inicial atualizado do Contrato a ser firmado, conforme preconiza o art. 65, § 1º, da Lei n.º 8.666/93.

20. PREÇO ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO

20.1 O preço estimado da contratação, com base na pesquisa de preços, é de R\$ 976,67 mensais, totalizando R\$ 11.720,00 anuais, e R\$46.880,00 para os 48 meses do contrato, para o grupo 1.

21. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS

21.1 O CONTRATANTE não admitirá quaisquer alterações nas especificações da prestação dos serviços objeto do Contrato, salvo casos especiais, a seu critério exclusivo, suficientemente justificados e fundamentados com a necessária antecedência;

21.2 Quando exigido pela legislação, a CONTRATADA deverá obter todo e qualquer tipo de licença junto à Administração direta, ou seus órgãos fiscalizadores e concessionários de serviços públicos, para o fiel cumprimento do presente Contrato;

21.3 Os empregados da CONTRATADA não terão nenhum vínculo empregatício com o CONTRATANTE;

21.4 A CONTRATADA deverá apresentar orçamento/proposta por unidade de impressão, considerando todos os custos com a manutenção preventiva e corretiva, incluindo peças originais e serviços técnicos especializados, contribuições sociais, impostos, taxas e outras despesas que incidem sobre a prestação dos serviços, não se admitindo cobrança de qualquer item não previsto neste Termo de Referência que compõe o presente objeto;

21.5 As decisões e/ou providências que ultrapassarem a competência do fiscal dos serviços deverão ser solicitados à Administração, em tempo hábil, para a adoção das medidas



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA SUL-RIO-GRANDENSE

Campus Sapucaia do Sul

convenientes e necessárias ao caso.

22. OS SERVIÇOS SERÃO PRESTADOS NO SEGUINTE ENDEREÇO:

Campus	Endereço
Sapucaia do Sul	Avenida Copacabana, 100. Bairro Piratini, Sapucaia do Sul/RS. CEP 93216-120



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA SUL-RIO-GRANDENSE
Campus Sapucaia do Sul

ANEXO II

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 07/2022

Processo Administrativo nº 23164.002385.2022-96

PLANILHA DA PROPOSTA COMERCIAL

TABELA I – Quantitativo de equipamentos e previsão do número de cópias mensais e anuais e valores.

Grupo 1								
Item	Descrição	Quantidade de Equipamentos	Número estimado de Cópias/mês	Quantidade estimada GLOBAL cópias (48 meses)	Valor unitário (cópia)	Valor estimado mensal	Valor estimado anual	Valor estimado global (48 meses)
1	DENTRO DA FRANQUIA: Serviço de reprografia colorida com instalação/fornecimento de Máquina tipo 2 nova conforme características descritas no item 2 na Tabela II do Termo de Referência.	2	200	9600				
2	EXCEDENTE: Serviço de reprografia colorida com instalação/fornecimento de Máquina tipo 2 nova conforme características descritas no item 2 na Tabela II do Termo de Referência.		200	9600				
Totais:						R\$ -	R\$ -	R\$ -

Prazo de validade da proposta: no mínimo de 60 (sessenta) dias a contar da data de abertura da Proposta de Preços.

Prazo para o início da prestação dos serviços: conforme designado em Ordem de Serviço, prevista no instrumento de Contrato.



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA SUL-RIO-
GRANDENSE
Campus Sapucaia do Sul**

Declaração: nos preços cotados estão incluídas todas as despesas tais como materiais, equipamentos, fretes, impostos, taxas, seguros, deslocamentos de pessoal, tributos e demais encargos de qualquer natureza incidentes sobre o objeto deste Pregão.

Licitante: Razão Social, CNPJ, endereço completo, número do telefone e e-mail, bem como, número da conta corrente, nome do banco e agência onde deseja receber seus créditos.

_____, ____ de _____ de 2022.

(Nome do declarante)

(N.º do RG do declarante)



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA SUL-RIO-
GRANDENSE
Campus Sapucaia do Sul

ANEXO III

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 07/2022

Processo Administrativo nº 23164.002385.2022-96

Acordo de Nível de Serviço- MANUTENÇÃO CORRETIVA

Item	Descrição
Finalidade	Corrigir problemas apresentados pelos equipamentos. O atendimento se dará sob demanda.
Meta a cumprir	Atendimento do chamado até o prazo máximo de 48h da notificação, via e-mail.
Instrumento de medição	Ordem de Serviço, correio eletrônico, planilha de acompanhamento.
Acompanhamento	Através de Fiscalização do contrato por Fiscal designado.
Periodicidade	Ocasional, sob demanda.
Início de Vigência	Mediante Ordem de Serviço.
Mecanismo de Cálculo	- As multas serão proporcionais as cópias diárias e aos dias de atraso, por impressora, como segue: $5.300 / 30 \text{ dias} = 176 \text{ cópias/dia}$ $176 / 04 \text{ impressoras} = 35 \text{ cópias/impressora/dia}$ $35 \text{ cópias/impressora/dia} \times \text{valor da cópia} = \text{valor multa/dia/impressora}$ limitado a 15% do valor mensal do contrato sem prejuízo das sanções.
Faixas de ajustes no pagamento	Havendo atraso após o prazo de 2 (dois) dias, excetuando-se o dia da chamada, incorrerá multa/glosa sobre a Nota Fiscal correspondente ao “ VALOR/MULTA/DIA/IMPRESSORA ” para cada dia útil de atraso + SANÇÕES* .
Sanções	*Sanções: - Sanção de <u>advertência</u> : de 20% a 50% de não atendimentos. Considerando atraso após 2 (dois) dias, excetuando-se o dia da chamada; - Sanção de <u>advertência e multa</u> de 20% sobre o contrato: mais de 50% até 80% de atendimentos. Considerando atraso após 2 (dois) dias, excetuando-se o dia da chamada; - Sanção de <u>impedimento de licitar e contratar com a União até 5 anos + multa</u> de 30% sobre o contrato: mais de 80% a 100% de atendimentos. Considerando atraso após 2 (dois) dias, excetuando-se o dia da chamada.
Observações	- O período para apuração dos índices de atendimento, acima mencionados, será de 6 em 6 meses levando em consideração as chamadas ocorridas dentro deste período. - No caso das <u>sanções</u> , a empresa poderá apresentar justificativas para o atraso, o qual será avaliado pelo Gestor do Contrato, o qual, após a devida análise, poderá acatá-las ou não.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA SUL-RIO-
GRANDENSE
Campus Sapucaia do Sul

ANEXO IV

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 07/2022

Processo Administrativo nº 23164.002385.2022-96

Acordo de Nível de Serviço- MANUTENÇÃO PREVENTIVA

Item	Descrição
Finalidade	Garantir o funcionamento dos equipamentos mediante verificação mensal, através de limpeza, conforme Termo de Referência, bem como manutenção/conserto com o fornecimento de peças caso necessário.
Meta a cumprir	Manutenção preventiva TRIMESTRALMENTE, com revisão dos componentes e peças com a finalidade de garantir o funcionamento de todos os equipamentos.
Instrumento de medição	Planilha de acompanhamento.
Acompanhamento	Através de Fiscalização do contrato por Fiscal designado.
Periodicidade	Trimestral
Início de Vigência	Mediante Ordem de Serviço de início da execução do objeto.
Mecanismo de Cálculo	- As multas serão proporcionais as cópias diárias e aos dias de atraso, por impressora, como segue: $5.300 / 30 \text{ dias} = 176 \text{ cópias/dia}$ $176 / 04 \text{ impressoras} = 35 \text{ cópias/impressora/dia}$ $35 \text{ cópias/impressora/dia} \times \text{valor da cópia} = \text{valor multa/dia/impressora}$
Faixas de ajustes no pagamento	A CONTRATA tem até o 5º dia útil para a execução do serviço de Manutenção Preventiva . Mediante o atraso na execução do serviço, incorrerá multa/glosa sobre a Nota Fiscal correspondente ao “ VALOR MULTA/DIA/IMPRESSORA ” para cada dia útil de atraso + SANÇÕES* .
Sanções	*Sanções: - Sanção de <u>advertência</u> : de 01 a 02 de não atendimentos; - Sanção de <u>advertência e multa</u> de 20% sobre o contrato: 03 não atendimentos; - Sanção de <u>impedimento de licitar e contratar com a União até 5 anos + multa até 30% sobre o contrato</u> : 04 não atendimentos.
Observações	- A apuração tem como base o número de 4 (quatro) atendimentos no prazo de 12 (doze) meses. - No caso das <u>sanções</u> , a empresa poderá apresentar justificativas para o atraso, o qual será avaliado pelo Gestor do Contrato, o qual, após a devida análise, poderá acatá-las ou não.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA SUL- RIO-GRANDENSE

ANEXO V

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 07/2022
Processo Administrativo nº 23164.002385.2022-96

MINUTA DE CONTRATO

MINUTA TERMO DE CONTRATO N.º
XX/XXXX, DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE
OUTSOURCING DE IMPRESSÃO, QUE
FAZEM ENTRE SI O INSTITUTO FEDERAL
DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA
SUL-RIO-GRANDENSE CÂMPUS SAPUCAIA
DO SUL E A EMPRESA XXXX

O INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA SUL-RIO-GRANDENSE – CAMPUS SAPUCAIA DO SUL, sediado na Av. Copacabana, n.º 100 – Bairro Piratini, CEP 93.216-120, na cidade de Sapucaia do Sul/RS, doravante denominado apenas CONTRATANTE, neste ato representado pelo seu Diretor Geral, xxxxxxxxxxxxxxxx, designado pela Portaria nº XXX de XXXX, publicada no Diário Oficial da União, xxxxxxxxxxxxxxxx, nacionalidade xxxxxxxxxxxx, portador do RG n.º xxxxxxxxxxxxxxxx, inscrito no CPF n.º xxxxxxxx, e a empresa xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx. inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº xxxxxxxxxxxxxxxx, sediado(a) na xxxxxxxxxxxxxxxx, Bairro xxxxxxxx, cidade xxxxxxxxxxxxxxxx, Cep xxxxxxxxxxxxxxxx, doravante designada CONTRATADA, neste ato representada pelo(a) Sr. xxxxxxxxxxxxxxxx, portador(a) da Carteira de Identidade nº xxxxxxxxxxxxxxxx, e CPF nº xxxxxxxxxxxx, tendo, tendo em vista o que consta no Processo nº xxxxxxxx, e em observância às disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente da licitação, modalidade Pregão Eletrônico xx/xxxx, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 A presente licitação tem por objeto a contratação de pessoa jurídica especializada em serviços de outsourcing de impressão com pagamento de franquia mais excedente (quando houver), com prestação de serviço de manutenção técnica, preventiva e corretiva, no local de instalação do equipamento, incluindo fornecimento de todas as peças para manutenção e o material necessário para o funcionamento pelo período de 48 (quarenta e



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA SUL- RIO-GRANDENSE

oito) meses, prorrogáveis por até 60 (sessenta) meses, conforme especificações e relação de equipamentos constante neste Termo de Referência.

1.2 O serviço de locação deverá compreender:

1.2.1 Quantidades e Equipamentos com as CONFIGURAÇÕES MÍNIMAS descritas nas tabelas abaixo:

TABELA I – Quantidades							
Item	Descrição	Quantidade de Equipamentos	Número de Cópias/mês	Quantidade GLOBAL cópias (48 meses)	Valor estimado unitário (cópia)	Valor estimado mensal	Valor estimado global (48 meses)
1	Máquina tipo 1 POLIcromática. DENTRO DA FRANQUIA						
2	Máquina tipo 1 POLIcromática. EXCEDENTE						
		Totais:					

TABELA II – Descrição dos equipamentos para instalação	
Tipo	DESCRIÇÃO
1	<p><u>Máquina tipo 1:</u> Fornecimento e instalação de impressora corporativa multifuncional colorida, copiadora e scanner para folha A4, com as seguintes características:</p> <ul style="list-style-type: none">• Equipamento novo, de primeiro uso, em linha de fabricação;• Plugue de tomada elétrica de acordo com a NBR 14136;• Tensão Bivolt ou com fornecimento de transformador para atender tensão local de 220V;• Pannel de toque de tamanho mínimo de 4”;• Aceitar gramaturas de papéis entre 64 e 190 g/m²;• Memória mínima de 1GB de RAM (podendo ser obtida através de inserção de pente de memória);• Possuir CPU com clock mínimo de 760 MHz;• Drivers compatíveis com Windows 7, Windows 8, Windows 10 e Linux;



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA SUL- RIO-GRANDENSE

	<ul style="list-style-type: none">• Interface padrão de rede Ethernet 10/100 Base TX e USB 2.0 High Speed;• Possuir Alimentador Recirculador Automático de Originais (ARDF) com capacidade mínima de 50 folhas;• Resolução mínima de cópia de 600 x 600 dpi no vidro de exposição e no mínimo de 600 x 300 no ARDF;• Possuir capacidade de cópia e escaneamento frente e verso no ARDF;• Possuir resolução de impressão de no mínimo 1200 x 600 dpi;• Suportar papéis de tamanho Carta e A4;• Possuir unidade duplex automático padrão;• Possuir velocidade de cópia e impressão mínima de 25 páginas por minuto;• Possuir tempo de 1ª. Cópia máximo de 10 segundos em preto e 12 segundos em cores;• Cópia no modo autônomo - Sem necessidade de PC;• Redução / Ampliação - 25% a 400% em incrementos de 1%;• Tamanho do vidro de exposição- A4;• Capacidade de escaneamento- Escaneamento colorido ou em preto e branco;• Possuir uma bandeja de alimentação interna com capacidade mínima de 250 folhas;• Possuir uma bandeja de alimentação manual com capacidade mínima de 50 folhas;• Possuir bandeja de saída com capacidade mínima de 100 folhas;• Suportar no mínimo as seguintes linguagens de descrição de página: PCL5e, PCL 6 e PostScript 3;• Permitir impressão e digitalização de documentos via Rede local, sem a necessidade de estar conectado a um computador via USB;• Recurso “Escanear para” – Imagem (JPEG), Arquivo (PDF) e USB;• Possuir sistema/suporte de códigos/senhas para usuários de forma a limitar e restringir somente as cópias produzidas por conta sem necessidade de estar conectado ao computador para no mínimo 250 usuários;
--	--



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA SUL- RIO-GRANDENSE

- 1.3 Os equipamentos constantes na Tabela II deverão ser fornecidos com todos os cabos de energia e conexão de rede necessários ao funcionamento do equipamento, assim como os transformadores/estabilizadores que se fizerem necessários para a ligação na rede 220 V do Campus Sapucaia do Sul, também os respectivos CDs, ou mídias equivalentes, com drivers de instalação. Também deverão ser fornecidos desumidificadores para as impressoras/multifuncionais que necessitem de folhas com menor teor de umidade.
- 1.4 Deverá ser fornecido software de bilhetagem eletrônica com integração com Active Directory e/ou LDAP e possuir firmware no equipamento para integração com o diretório de usuários utilizado pela contratante; interface web para gerenciamento e emissão de relatórios; suportar impressoras virtuais, impressão a partir de dispositivos móveis e cobrança por equipamento e tipo de impressão (cor ou P&B); deve possuir software de controle de cotas por usuário instalável nas estações de trabalho.
- 1.5 A divisão dos quantitativos de cópias por impressora será definida pela CONTRATADA em função das necessidades de cada setor onde os equipamentos serão instalados.
- 1.6 São partes integrantes deste Contrato, independentemente de sua transcrição, o Edital, o Termo de Referência e a proposta apresentada pela CONTRATADA e constantes do Processo n.º xxxxxxxxx, Pregão n.º 07/2022.

2 CLÁUSULA SEGUNDA – DOS SERVIÇOS A SEREM PRESTADOS E SUAS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

- 2.1 No cumprimento deste contrato, a **CONTRATADA** deverá prestar serviços de assistência técnica preventiva regular e cada vez que o **CONTRATANTE** informar-lhe, por qualquer meio, a ocorrência de falhas e/ou defeitos na (s) copiadora(s) e/ou acessórios, em manutenção corretiva.
- 2.2 A **CONTRATADA** se encarregará da conservação e manutenção técnica permanente e integral do equipamento e de substituições ou reparos das peças afetadas pelo uso normal, sendo as despesas decorrentes de inteira responsabilidade da firma vencedora, inclusive transporte de pessoal, de material e de peças.
- 2.3 No caso de defeitos ocasionais, a **CONTRATADA** fica obrigada a atender aos chamados técnicos no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas a partir do registro do chamado pelo CONTRATANTE, que será feito preferencialmente via e-mail.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA SUL- RIO-GRANDENSE

- 2.4 Sendo necessário o transporte da máquina para a oficina, a mesma deverá ser substituída por outra até ser concluído o serviço, operação essa que deverá ter a autorização do responsável pelo setor em que o equipamento esteja instalado.
- 2.5 **A CONTRATADA** deverá apresentar, em conjunto com a fatura mensal, planilha contendo o consumo de cópias do equipamento.
- 2.6 Deverá ser apresentado também, relatório dos chamados técnicos por número de série contendo a data de abertura e de atendimento, dados do usuário (nome e telefone), descrição do problema e solução apresentada.
- 2.7 **A CONTRATADA** será a única responsável pelos fornecimentos e instalações, sem ônus adicionais para a **CONTRATANTE**, dos materiais de consumo originais, como: toner, revelador, cilindro e quaisquer outros, com exceção apenas do papel.
- 2.8 Os serviços de assistência técnica do objeto do presente contrato garantem reparo e/ou troca de peças defeituosas e eliminação de defeitos, incluindo a mão-de-obra necessária, todo material de consumo (cilindro, lâmina de limpeza, rolos de fusão e pressão, placas eletrônicas e lâmpadas) e insumos (toner etc.), excetuando-se o papel.
- 2.9 Em qualquer caso, somente poderão ser utilizados insumos, peças, materiais etc., recomendados pelos fabricantes das copiadoras a que se refere este contrato.
- 2.10 Excluem-se do objeto do presente contrato todos os serviços de assistência técnica referente à correção de defeitos que decorram de fatores originados por motivos de força maior (anormalidades climáticas ou ambientais), casos fortuitos (incêndios, inundações, descargas elétricas), manuseio inadequado da(s) COPIADORA(S) ou, ainda, aqueles provenientes de culpa ou dolo do **CONTRATANTE** ou terceiros.
- 2.11 O **CONTRATANTE** se obriga a comunicar à **CONTRATADA** qualquer falha ou deficiência que por ventura venha a constatar na (s) COPIADORA(S) e/ou ACESSÓRIOS.
- 2.12 A **CONTRATADA** coloca à disposição do **CONTRATANTE** seu serviço de atendimento a clientes, em linhas diretas de telefone.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA SUL- RIO-GRANDENSE

2.13 Demais informações constam no Termo de Referência, parte integrante do Edital do Pregão nº 01/2022.

3 CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA

3.1 O prazo de vigência deste Contrato é aquele fixado no Edital, com início na data de/...../..... e encerramento em/...../....., podendo ser prorrogado por interesse das partes até o limite de 60 (sessenta) meses, desde que haja autorização formal da autoridade competente e seja observado o disposto no Anexo IX da IN SEGES/MP nº 05/2017, atentando, em especial para o cumprimento dos seguintes requisitos:

- 3.1.1 Esteja formalmente demonstrado que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;
- 3.1.2 Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;
- 3.1.3 Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;
- 3.1.4 Seja comprovado que o valor do contrato permanece economicamente vantajoso para a Administração;
- 3.1.5 Haja manifestação expressa da contratada informando o interesse na prorrogação;
- 3.1.6 Seja comprovado que a contratada mantém as condições iniciais de habilitação.

3.2 A CONTRATADA não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

3.3 A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

4 CLÁUSULA QUARTA – DOS PREÇOS

4.1 O valor global estimado da presente contratação é de R\$ xxxxx (xxxxx).

4.2 No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA SUL- RIO-GRANDENSE

4.3 O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos à CONTRATADA dependerão dos quantitativos da solução efetivamente prestados.

4.4 Não serão cobradas do **CONTRATANTE**, sob qualquer hipótese, as despesas de transporte, alimentação, hospedagem, diárias etc. dos técnicos indicados pela **CONTRATADA** para realizarem os serviços de manutenção objetos deste contrato, sendo estas despesas de exclusiva responsabilidade da **CONTRATADA**.

5 CLÁUSULA QUINTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

5.1 As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da União, para o exercício de 20...., na classificação abaixo:

Gestão/Unidade:

Fonte:

Programa de Trabalho:

Elemento de Despesa:

Pl:

5.2 No(s) exercício(s) seguinte(s), as despesas correspondentes correrão à conta dos recursos próprios para atender às despesas da mesma natureza, cuja alocação será feita no início de cada exercício financeiro.

5.3 Nos Termos Aditivos ou Apostilamentos serão indicados os créditos e empenhos para a sua cobertura.

6 CLÁUSULA QUINTA – PAGAMENTO

6.1 O prazo para pagamento à CONTRATADA e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência e no Anexo XI da IN SEGES/MPDG n. 5/2017.

7 CLÁUSULA SEXTA – REAJUSTAMENTO DE PREÇOS EM SENTIDO AMPLO.

7.1 As regras acerca do reajustamento de preços em sentido amplo do valor contratual (reajuste em sentido estrito e/ou repactuação) são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA SUL- RIO-GRANDENSE

8 CLÁUSULA SEXTA – DA GARANTIA DE EXECUÇÃO CONTRATUAL

8.1 Conforme definida no Termo de Referência.

9 CLÁUSULA OITAVA – MODELO DE EXECUÇÃO DO CONTRATO E FISCALIZAÇÃO

9.1 O modelo de execução do contrato , os materiais que serão empregados, a disciplina do recebimento do objeto e a fiscalização pela CONTRATANTE são aqueles previstos no Termo de Referência, anexo do Edital.

10 CLÁUSULA NONA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

10.1 As obrigações da CONTRATANTE e da CONTRATADA (deveres e responsabilidades) são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.

11 CLÁUSULA DÉCIMA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.

11.1 As sanções relacionadas à execução do contrato são aquelas previstas no Edital e no Termo de Referência, que constitui seu anexo.

12 CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – RESCISÃO

12.1 O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido:

12.2 por ato unilateral e escrito da Administração, nas situações previstas nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993, e com as consequências indicadas no art. 80 da mesma Lei, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no Termo de Referência, anexo ao Edital;

12.3 amigavelmente, nos termos do art. 79, inciso II, da Lei nº 8.666, de 1993.

12.4 Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa.

12.5 A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº 8.666, de 1993.

12.6 O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido de Relatório indicativo dos seguintes aspectos, conforme o caso:



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA SUL- RIO-GRANDENSE

- 12.7 Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
- 12.8 Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
- 12.9 Indenizações e multas.

13 CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – VEDAÇÕES E PERMISSÕES

- 13.1 É vedado à CONTRATADA interromper o fornecimento da solução sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.
- 13.2 É permitido à CONTRATADA caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de Julho de 2020.
- 13.3 A cessão de crédito, a ser feita mediante celebração de termo aditivo, dependerá de comprovação da regularidade fiscal e trabalhista da cessionária, bem como da certificação de que a cessionária não se encontra impedida de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.
- 13.4 A crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratada) pela execução do objeto contratual, com o desconto de eventuais multas, glosas e prejuízos causados à Administração, sem prejuízo da utilização de institutos tais como os da conta vinculada e do pagamento direto previstos na IN SEGES/ME nº 5, de 2017, caso aplicáveis.

14 CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – ALTERAÇÕES

- 14.1 Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, bem como do ANEXO X da IN/SEGES/MPDG nº 05, de 2017.
- 14.2 A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA SUL- RIO-GRANDENSE

14.3 As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15 CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS

15.1 Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.666, de 1993, na Lei nº 10.520, de 2002 e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

16 CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – PUBLICAÇÃO

16.1 Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial da União, no prazo previsto na Lei nº 8.666, de 1993.

17 CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – FORO

17.1 É eleito o Foro da Justiça Federal em, Seção Judiciária de..... para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 55, §2º da Lei nº 8.666/93.

Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado em duas (duas) vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes e por duas testemunhas.

....., de..... de 20.....

Representante legal da CONTRATANTE

Representante legal da CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

1-
2-



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA SUL-RIO-GRANDENSE
Campus Sapucaia do Sul**

ANEXO VI

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 07/2022

Processo Administrativo nº 23164.002385.2022-96

**DECLARAÇÃO DE QUALIDADE AMBIENTAL E SUSTENTABILIDADE
SÓCIOAMBIENTAL**

Para fins de participação na Licitação - Pregão 07/2022, processo administrativo nº 23164.002385.2022-96, a empresa (NOME COMPLETO DA PROPONENTE)....., CNPJ nº, sediado(a).....(ENDEREÇO COMPLETO), DECLARA, sob as penas da Lei, notadamente o compromisso e responsabilidade com a Sustentabilidade Ambiental exigido para habilitação no edital do referido certame licitatório conforme previsto no artigo 5º da IN/SLTI/MPOG 01/2010, respeitando as normas de proteção do meio ambiente.

Local, data

Assinatura

Nome do Representante Legal da Empresa:

RG:

CPF:

OBS.: a presente declaração deverá ser assinada por representante legal do PROPONENTE e ter firma reconhecida.

ANEXO VII
PREGÃO ELETRÔNICO 07/2022
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense, Campus Sapucaia do Sul, com sede na Av. Copacabana, 100, Bairro Piratini, Sapucaia do Sul/RS, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº 10.729.992/0002-27, neste ato representado pelo Diretor Geral, Fábio Roberto Moraes Lemes, nomeado(a) pela Portaria nº 1172 de 30 de junho de 2021, publicada DOU de 01 de julho de 2021, portador da matrícula funcional nº 1943792, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº 07/2022, publicada no DOU de 01/09/2022, processo administrativo nº 23164.002385.2022-96, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no edital, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, no Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a contratação de SERVIÇOS DE OUTSOURCING DE IMPRESSÃO COM PAGAMENTO DE FRANQUIA MAIS EXCEDENTE (quando houver), englobando a prestação de serviços de reprografia, com locação de máquinas copiadoras, prestação de serviço de manutenção técnica, preventiva e corretiva, no local de instalação do equipamento, incluindo fornecimento de todas as peças para manutenção e o material necessário para o funcionamento (exceto papel), a ser realizado no campus Sapucaia do Sul do Instituto Federal Sul-rio-grandense, conforme especificações constantes no Termo de Referência – Anexo I do edital de Pregão nº 07/2022, que é parte integrante desta Ata, assim como a proposta vencedora, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, a quantidade, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Grupo 1								
Item	Descrição	Quantidade de Equipamentos	Número estimado de Cópias/mês	Quantidade estimada a GLOBAL cópias (48 meses)	Valor unitário (cópia)	Valor estimado mensal	Valor estimado anual	Valor estimado global (48 meses)
1	DENTRO DA FRANQUIA: Serviço de reprografia colorida com instalação/fornecimento de Máquina tipo 2 nova conforme características descritas no item 2 na Tabela II do Termo de Referência.	2	200	9600				

2	EXCEDENTE: Serviço de reprografia colorida com instalação/fornecimento de Máquina tipo 2 nova conforme características descritas no item 2 na Tabela II do Termo de Referência.		200	9600				
Totais:			400	19200		R\$ -	R\$ -	R\$ -

3. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S) :

3.1. O órgão gerenciador será o IFSul campus Sapucaia do Sul.

3.2. Devido às especificidades do objeto e dos serviços prestados, não há a possibilidade de participação por parte de outros órgãos.

4. VALIDADE DA ATA

4.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de **12 meses, A PARTIR DA HOMOLOGAÇÃO**, não podendo ser prorrogada.

5. REVISÃO E CANCELAMENTO

5.1. A Administração realizará pesquisa de mercado periodicamente, em intervalos não superiores a 180 (cento e oitenta) dias, a fim de verificar a vantajosidade dos preços registrados nesta Ata.

5.2. Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo do objeto registrado, cabendo à Administração promover as negociações junto ao(s) fornecedor(es).

5.3. Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, a Administração convocará o(s) fornecedor(es) para negociar(em) a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

5.4. O fornecedor que não aceitar reduzir seu preço ao valor praticado pelo mercado será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.

5.4.1. A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.

5.5. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

5.5.1. liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e

5.5.2. convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.

5.6. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação desta ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

5.7. O registro do fornecedor será cancelado quando:

5.7.1. descumprir as condições da ata de registro de preços;

5.7.2. não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

5.7.3. não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou

5.7.4. sofrer sanção administrativa cujo efeito torne-o proibido de celebrar contrato administrativo, alcançando o órgão gerenciador e órgão(s) participante(s).

5.8. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos itens 6.7.1, 6.7.2 e 6.7.4 será formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

5.9. O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

5.9.1. por razão de interesse público; ou

5.9.2. a pedido do fornecedor.

6. DAS PENALIDADES

6.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no Edital.

6.1.1. As sanções do item acima também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva, em pregão para registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente, nos termos do art. 49, §1º do Decreto nº 10.024/19.

6.2. É da competência do órgão gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 5º, inciso X, do Decreto nº 7.892/2013), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos participantes, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 6º, Parágrafo único, do Decreto nº 7.892/2013).

7. CONDIÇÕES GERAIS

7.1. As condições gerais do fornecimento, tais como os prazos para entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.

7.2. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados nesta ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93, nos termos do art. 12, §1º do Decreto nº 7892/13.

7.3. A ata de realização da sessão pública do pregão, contendo a relação dos licitantes que aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais ao do licitante vencedor do certame, compõe anexo a esta Ata de Registro de Preços, nos termos do art. 11, §4º do Decreto n. 7.892, de 2014.

Sapucaia do Sul, 19 de agosto de 2022.

Assinaturas

Representante legal do órgão gerenciador e representante(s) legal(is) do(s) fornecedor(s) registrado(s)



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA SUL-RIO-GRANDENSE
Campus Sapucaia do Sul**

ANEXO VIII

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 07/2022

Processo Administrativo nº 23164.002385.2022-96

DECLARAÇÃO DE RENÚNCIA À VISTORIA

(NOME DA EMPRESA, CNPJ, ENDEREÇO, etc.), neste ato representada por (REPRESENTANTE DA EMPRESA), **DECLARAMOS** que **OPTAMOS** por não realizar a vistoria a local de execução do serviço, que **ASSUMIMOS** todo e qualquer risco por esta decisão e que **NOS COMPROMETEMOS** a prestar fielmente o serviço nos termos do Edital, do Termo de Referência e dos demais anexos que compõem o processo na modalidade **Pregão Eletrônico de n.º 07/2022**, Processo Administrativo nº 23164.002385.2022-96.

____ (Local e Data) ____

Empresa Licitante
(responsável: nome, cargo e assinatura)